

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	8
DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	18
DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	93
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	94
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	95

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	601.927.311
Preferenciais	0
Total	601.927.311
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	5.469.310	6.493.078
1.01	Ativo Circulante	197.312	363.785
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.156	95
1.01.02	Aplicações Financeiras	121.511	342.813
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	121.511	342.813
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.165	9.841
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.165	9.841
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6.165	9.841
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	66.480	11.036
1.01.08.03	Outros	66.480	11.036
1.01.08.03.01	Cauções e Depósitos Vinculados	710	678
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	53.606	0
1.01.08.03.03	Outros ativos	12.164	10.358
1.02	Ativo Não Circulante	5.271.998	6.129.293
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.474	21.674
1.02.01.07	Tributos Diferidos	833	2.081
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	19.641	19.593
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	93	74
1.02.01.10.06	Outros ativos	1.039	1.010
1.02.01.10.08	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	18.509	18.509
1.02.02	Investimentos	5.244.806	6.105.386
1.02.02.01	Participações Societárias	5.244.806	6.105.386
1.02.03	Imobilizado	4.965	1.001
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	333	999
1.02.03.02.01	Direito de Uso de Terreno Arrendado	333	999
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	4.632	2
1.02.04	Intangível	1.753	1.232
1.02.04.01	Intangíveis	1.753	1.232
1.02.04.01.05	Software e Outros Intangíveis	1.753	1.232

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	5.469.310	6.493.078
2.01	Passivo Circulante	1.206.106	332.354
2.01.02	Fornecedores	2.475	1.719
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.475	1.719
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.156	2.999
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.156	2.999
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	3.156	2.999
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.181.170	243.171
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	843.469	200.761
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	843.469	200.761
2.01.04.02	Debêntures	337.701	42.410
2.01.05	Outras Obrigações	18.595	83.785
2.01.05.02	Outros	18.595	83.785
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	173	45.057
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	3.529	2.220
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	14.501	35.365
2.01.05.02.09	Passivo de arrendamento	392	1.143
2.01.06	Provisões	710	680
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	710	680
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	710	680
2.02	Passivo Não Circulante	504	1.641.757
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	1.603.488
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	537.955
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	537.955
2.02.01.02	Debêntures	0	1.065.533
2.02.02	Outras Obrigações	504	38.269
2.02.02.02	Outros	504	38.269
2.02.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	0	38.131
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	504	138
2.03	Patrimônio Líquido	4.262.700	4.518.967
2.03.01	Capital Social Realizado	2.196.958	2.196.958
2.03.01.01	Capital Social Realizado	2.196.958	2.196.958
2.03.02	Reservas de Capital	1.259.136	1.258.934
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.433	1.231
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-15	-15
2.03.02.07	Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	-38.375	-38.375
2.03.02.08	Custo na emissão de ações	-18.230	-18.230
2.03.02.09	Aumento de capital - oferta privada de ações	967.678	967.678
2.03.02.10	Capitalização parcial da Reserva Especial de ágio de Controlada	-30.957	-30.957
2.03.02.11	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	377.602	377.602
2.03.04	Reservas de Lucros	1.231.057	1.231.057
2.03.04.01	Reserva Legal	40.283	40.283
2.03.04.02	Reserva Estatutária	131.966	131.966
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	73.749	73.749

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	985.059	985.059
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-220.597	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-203.854	-167.982
2.03.08.01	Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-172.319	-147.636
2.03.08.02	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	-119.824	-119.824
2.03.08.03	Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	-15.404	-3.596
2.03.08.05	Remensurações das obrigações com benefícios pós-emprego	30.519	30.519
2.03.08.06	Opção de recompra de participação acionária	75.662	76.653
2.03.08.07	Hedge de fluxo de caixa	-2.488	-4.098

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-95.156	-149.947	49.787	103.483
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.110	-16.664	-5.305	-12.823
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-102	-341	-251	-341
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-85.944	-132.942	55.343	116.647
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-95.156	-149.947	49.787	103.483
3.06	Resultado Financeiro	-43.801	-95.343	-41.616	-81.371
3.06.01	Receitas Financeiras	4.622	12.491	27.613	53.029
3.06.02	Despesas Financeiras	-48.423	-107.834	-69.229	-134.400
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-138.957	-245.290	8.171	22.112
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-17	10	-21	-28
3.08.02	Diferido	-17	10	-21	-28
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-138.974	-245.280	8.150	22.084
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-138.974	-245.280	8.150	22.084
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação	-0,23088	-0,40749	0,01354	0,03669
3.99.01.01	ON	-0,23088	-0,40749	0,01354	0,03669
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	-0,22663	-0,39999	0,01331	0,03606
3.99.02.01	ON	-0,22663	-0,39999	0,01331	0,03606

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	-138.974	-245.280	8.150	22.084
4.02	Outros Resultados Abrangentes	7.084	-11.189	-5.852	-9.615
4.02.01	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	-4.699	-17.915	-2.260	9.749
4.02.02	Hedge de fluxo de caixa	16.177	2.868	-3.990	-20.782
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre Hedge de fluxo de caixa	-5.501	-1.258	1.357	7.066
4.02.04	Opção de recompra de participação acionária	-499	-991	-638	-1.253
4.02.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.606	6.107	-321	-4.395
4.03	Resultado Abrangente do Período	-131.890	-256.469	2.298	12.469

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	98.975	-592.418
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-19.382	-17.391
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do período	-245.280	22.084
6.01.01.02	Depreciação e amortização	21.075	12.578
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	23.038	78.109
6.01.01.04	Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	30	643
6.01.01.06	Custo de empréstimos (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	81.516	52.905
6.01.01.07	Juros sobre passivo de arrendamento	50	133
6.01.01.09	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-12.538	-55.524
6.01.01.10	Resultado de equivalência patrimonial	112.535	-128.845
6.01.01.11	Tributos e contribuições sociais diferidos	-10	28
6.01.01.12	Ações e opções de ações outorgadas	202	498
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	929	-5.580
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais compensáveis	96	-6.305
6.01.02.04	Outros ativos	-1.351	-609
6.01.02.05	Fornecedores	756	-440
6.01.02.11	Outras obrigações	1.428	1.774
6.01.03	Outros	117.428	-569.447
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas)	-119.942	-71.525
6.01.03.02	Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-50	-133
6.01.03.06	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	207.632	-518.624
6.01.03.07	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	29.788	20.835
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	688.453	-3.391
6.02.01	Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	71.875	0
6.02.02	Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-5.152	-839
6.02.03	(Aumento) redução de capital em controladas e controladas em conjunto	621.781	-1.888
6.02.06	(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	-51	-664
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-784.367	560.831
6.03.01	Ingressos de novos empréstimos e debêntures	0	571.113
6.03.05	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-730.889	-1.327
6.03.07	Liquidação de instrumento derivativo	-28.541	-8.383
6.03.08	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-44.884	-5
6.03.14	Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	-752	-567
6.03.17	Recebimento de ajuste de preço de compra de subsidiária	20.699	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.061	-34.978
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	95	35.056
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.156	78

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.196.958	1.258.934	1.231.057	0	-167.982	4.518.967
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.196.958	1.258.934	1.231.057	0	-167.982	4.518.967
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	202	0	0	0	202
5.04.10	Remuneração com base em ações	0	202	0	0	0	202
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-245.280	-11.189	-256.469
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-245.280	0	-245.280
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-11.189	-11.189
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-11.189	-11.189
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	24.683	-24.683	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	0	0	0	24.683	-24.683	0
5.07	Saldos Finais	2.196.958	1.259.136	1.231.057	-220.597	-203.854	4.262.700

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.196.958	1.259.106	1.090.752	0	-155.638	4.391.178
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.196.958	1.259.106	1.090.752	0	-155.638	4.391.178
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	498	0	-5	0	493
5.04.08	Remuneração com base em ações	0	498	0	0	0	498
5.04.09	Dividendos e juros sobre o capital próprio	0	0	0	-5	0	-5
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.084	-9.615	12.469
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.084	0	22.084
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-9.615	-9.615
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-9.615	-9.615
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	25.818	-25.818	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	0	0	0	25.818	-25.818	0
5.07	Saldos Finais	2.196.958	1.259.604	1.090.752	47.897	-191.071	4.404.140

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.709	-3.525
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.049	-3.198
7.02.04	Outros	-660	-327
7.02.04.02	Outros Custos	-660	-327
7.03	Valor Adicionado Bruto	-6.709	-3.525
7.04	Retenções	-668	-671
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-668	-671
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-7.377	-4.196
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-119.842	172.259
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-132.942	116.647
7.06.02	Receitas Financeiras	13.100	55.612
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-127.219	168.063
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-127.219	168.063
7.08.01	Pessoal	8.363	7.086
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.894	4.121
7.08.01.02	Benefícios	2.329	2.962
7.08.01.04	Outros	140	3
7.08.01.04.01	Previdência privada	140	3
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.863	4.482
7.08.02.01	Federais	1.863	4.482
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	107.835	134.411
7.08.03.01	Juros	107.834	134.400
7.08.03.02	Aluguéis	1	11
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-245.280	22.084
7.08.04.02	Dividendos	0	5
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-245.280	22.079

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	20.299.813	19.479.920
1.01	Ativo Circulante	3.405.914	2.772.206
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	170.666	281.683
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.003.553	1.733.262
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.003.553	1.733.262
1.01.03	Contas a Receber	368.550	375.660
1.01.03.01	Clientes	368.550	375.660
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	368.550	375.660
1.01.06	Tributos a Recuperar	124.093	105.825
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	124.093	105.825
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	118.099	101.211
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	5.994	4.614
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	739.052	275.776
1.01.08.03	Outros	739.052	275.776
1.01.08.03.01	Cauções e Depósitos Vinculados	10.886	37.320
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	472.532	31.527
1.01.08.03.03	Outros ativos	251.629	197.211
1.01.08.03.04	Conta de ressarcimento	4.005	9.718
1.02	Ativo Não Circulante	16.893.899	16.707.714
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.047.558	858.972
1.02.01.07	Tributos Diferidos	174.191	127.958
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	873.367	731.014
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	577.982	577.380
1.02.01.10.05	Conta de ressarcimento	2.152	7.854
1.02.01.10.06	Outros ativos	37.676	35.604
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	146.662	34.941
1.02.01.10.08	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	108.895	75.235
1.02.02	Investimentos	93.745	106.852
1.02.02.01	Participações Societárias	93.745	106.852
1.02.03	Imobilizado	13.813.278	13.691.750
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.798.370	9.958.920
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	11.797.792	9.958.342
1.02.03.01.02	Imóveis Destinados a Uso Futuro	578	578
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	200.328	191.437
1.02.03.02.01	Direito de Uso de Terreno Arrendado	195.277	185.607
1.02.03.02.02	Direito de uso de sede administrativa	5.051	5.830
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.814.580	3.541.393
1.02.04	Intangível	1.939.318	2.050.140
1.02.04.01	Intangíveis	1.939.318	2.050.140
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	16.896	17.941
1.02.04.01.03	Intangível Gerado na Aquisição de Investimentos	1.160.320	1.239.948
1.02.04.01.04	Extensão de concessão	686.988	729.255
1.02.04.01.05	Software e Outros Intangíveis	75.114	62.996

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	20.299.813	19.479.920
2.01	Passivo Circulante	4.407.045	3.332.411
2.01.02	Fornecedores	387.487	375.775
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	387.487	375.775
2.01.03	Obrigações Fiscais	88.164	78.017
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	88.164	78.017
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	34.165	17.600
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	53.999	60.417
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.192.547	2.308.744
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.254.299	1.491.849
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	514.376	1.006.375
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.739.923	485.474
2.01.04.02	Debêntures	938.248	816.895
2.01.05	Outras Obrigações	728.449	560.551
2.01.05.02	Outros	728.449	560.551
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.202	45.976
2.01.05.02.04	Encargos Setoriais	16.211	21.651
2.01.05.02.05	Obrigações de aquisições	96.599	131.990
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	63.116	71.567
2.01.05.02.07	Conta de ressarcimento	19.283	137.633
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	525.051	143.799
2.01.05.02.09	Passivo de arrendamento	6.987	7.935
2.01.06	Provisões	10.398	9.324
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.398	9.324
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	10.398	9.324
2.02	Passivo Não Circulante	10.582.490	10.568.086
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.998.463	9.149.383
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.048.309	3.120.115
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.536.871	1.632.847
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	511.438	1.487.268
2.02.01.02	Debêntures	6.950.154	6.029.268
2.02.02	Outras Obrigações	1.497.764	1.345.235
2.02.02.02	Outros	1.497.764	1.345.235
2.02.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	152.027	257.382
2.02.02.02.04	Passivo de Arrendamento	224.429	212.175
2.02.02.02.05	Obrigações com benefícios Pós-Emprego	104.419	104.007
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	164.046	132.757
2.02.02.02.08	Conta de ressarcimento	852.843	638.914
2.02.03	Tributos Diferidos	11.753	8.486
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.753	8.486
2.02.04	Provisões	74.510	64.982
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	74.510	64.982
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	74.510	64.982
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.310.278	5.579.423
2.03.01	Capital Social Realizado	2.196.958	2.196.958

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2.03.01.01	Capital Social Realizado	2.196.958	2.196.958
2.03.02	Reservas de Capital	1.259.136	1.258.934
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.433	1.231
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-15	-15
2.03.02.07	Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	-38.375	-38.375
2.03.02.08	Custo na emissão de ações	-18.230	-18.230
2.03.02.09	Aumento de capital - oferta privada de ações	967.678	967.678
2.03.02.10	Capitalização parcial da Reserva Especial de ágio de Controlada	-30.957	-30.957
2.03.02.11	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	377.602	377.602
2.03.04	Reservas de Lucros	1.231.057	1.231.057
2.03.04.01	Reserva Legal	40.283	40.283
2.03.04.02	Reserva Estatutária	131.966	131.966
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	73.749	73.749
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	985.059	985.059
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-220.597	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-203.854	-167.982
2.03.08.01	Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-172.319	-147.636
2.03.08.02	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	-119.824	-119.824
2.03.08.03	Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	-15.404	-3.596
2.03.08.05	Remensurações das obrigações com benefícios pós-emprego	30.519	30.519
2.03.08.06	Opção de recompra de participação acionária	75.662	76.653
2.03.08.07	Hedge de fluxo de caixa	-2.488	-4.098
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.047.578	1.060.456

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	871.852	1.700.457	762.977	1.549.240
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-659.192	-1.255.256	-511.530	-996.760
3.03	Resultado Bruto	212.660	445.201	251.447	552.480
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-59.547	-135.112	-52.779	-110.566
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-50.583	-107.536	-54.149	-104.891
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-3.863	-18.666	-3.350	-11.157
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.101	-8.910	4.720	5.482
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	153.113	310.089	198.668	441.914
3.06	Resultado Financeiro	-256.554	-501.979	-143.887	-288.641
3.06.01	Receitas Financeiras	77.683	154.466	132.019	282.395
3.06.02	Despesas Financeiras	-334.237	-656.445	-275.906	-571.036
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-103.441	-191.890	54.781	153.273
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.236	-19.155	-18.870	-56.987
3.08.01	Corrente	-35.529	-57.272	-29.957	-55.073
3.08.02	Diferido	30.293	38.117	11.087	-1.914
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-108.677	-211.045	35.911	96.286
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-108.677	-211.045	35.911	96.286
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-138.974	-245.280	8.150	22.084
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	30.297	34.235	27.761	74.202
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação	-0,23088	-0,40749	0,01354	0,03669
3.99.01.01	ON	-0,23088	-0,40749	0,01354	0,03669
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	-0,22663	-0,39999	0,01331	0,03606
3.99.02.01	ON	-0,22663	-0,39999	0,01331	0,03606

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-108.677	-211.045	35.911	96.286
4.02	Outros Resultados Abrangentes	7.155	-11.047	-5.777	-9.473
4.02.02	Hedge de fluxo de caixa	11.549	-14.905	-6.175	-10.891
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre Hedge de fluxo de caixa	-3.895	4.849	1.036	2.671
4.02.04	Opção de recompra de participação acionária	-499	-991	-638	-1.253
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-101.522	-222.092	30.134	86.813
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-131.890	-256.469	2.298	12.469
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	30.368	34.377	27.836	74.344

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	73.537	1.344.917
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	669.549	643.725
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do período	-211.045	96.286
6.01.01.02	Depreciação e amortização	387.406	309.328
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	62.298	80.424
6.01.01.04	Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	9.547	653
6.01.01.05	Despesas com previdência privada e programa de incentivo à aposentadoria	5.095	6.059
6.01.01.06	Custo de empréstimos (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	512.032	404.502
6.01.01.07	Juros sobre passivo de arrendamento	11.830	8.153
6.01.01.08	Marcação a mercado de derivativos	-6.668	-13.964
6.01.01.09	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-100.530	-249.264
6.01.01.10	Resultado de equivalência patrimonial	8.910	-5.482
6.01.01.11	Tributos e contribuições sociais diferidos	-38.117	1.914
6.01.01.12	Ações e opções de ações outorgadas	202	498
6.01.01.13	Baixa de bens do ativo	6.403	4.618
6.01.01.17	Ajuste de preço na aquisição de subsidiária	22.186	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	149.179	261.684
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	7.110	-11.859
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais compensáveis	29.897	5.947
6.01.02.04	Outros ativos	-51.503	9.540
6.01.02.05	Fornecedores	12.505	-5.798
6.01.02.06	Outros tributos a pagar	-15.054	1.443
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social a pagar	57.272	55.073
6.01.02.08	Encargos setoriais	-5.440	1.261
6.01.02.10	Conta de ressarcimento	116.447	221.844
6.01.02.11	Outras obrigações	-2.055	-15.767
6.01.03	Outros	-745.191	439.508
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas)	-484.929	-49.615
6.01.03.02	Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-11.830	-6.339
6.01.03.03	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-77.006	-100.898
6.01.03.04	Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	-4.683	-281
6.01.03.05	Pagamento de processos judiciais e outros	-1	-1.068
6.01.03.06	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	-281.117	392.815
6.01.03.07	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	114.375	204.894
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-461.254	-1.699.046
6.02.02	Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-436.576	-1.652.433
6.02.04	Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	-63.996	-42.863
6.02.06	(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	29.462	-3.750
6.02.13	Indenização de seguros de imobilizado	9.856	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	276.700	217.341
6.03.01	Ingressos de novos empréstimos e debêntures	2.010.000	1.008.104

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
6.03.02	Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-76.209	0
6.03.05	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-1.505.660	-491.898
6.03.07	Liquidação de instrumento derivativo	-101.415	-97.272
6.03.08	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-92.029	-111.035
6.03.11	Redução de capital em controladas	0	-103.216
6.03.14	Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	-3.834	-3.118
6.03.15	(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	25.148	15.776
6.03.17	Recebimento de ajuste de preço de compra de subsidiária	20.699	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-111.017	-136.788
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	281.683	195.872
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	170.666	59.084

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.196.958	1.258.934	1.231.057	0	-167.982	4.518.967	1.060.456	5.579.423
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.196.958	1.258.934	1.231.057	0	-167.982	4.518.967	1.060.456	5.579.423
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	202	0	0	0	202	-47.255	-47.053
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-110	-110
5.04.10	Remuneração com base em ações	0	202	0	0	0	202	0	202
5.04.11	Distribuição de dividendos intermediários	0	0	0	0	0	0	-10.029	-10.029
5.04.17	Distribuição de dividendos adicionais propostos	0	0	0	0	0	0	-37.116	-37.116
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-245.280	-11.189	-256.469	34.377	-222.092
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-245.280	0	-245.280	34.235	-211.045
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-11.189	-11.189	142	-11.047
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-11.189	-11.189	142	-11.047
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	24.683	-24.683	0	0	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	0	0	0	24.683	-24.683	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.196.958	1.259.136	1.231.057	-220.597	-203.854	4.262.700	1.047.578	5.310.278

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.196.958	1.259.106	1.090.752	0	-155.638	4.391.178	1.182.617	5.573.795
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.196.958	1.259.106	1.090.752	0	-155.638	4.391.178	1.182.617	5.573.795
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	498	0	-5	0	493	-215.026	-214.533
5.04.08	Remuneração com base em ações	0	498	0	0	0	498	0	498
5.04.09	Distribuição de dividendos	0	0	0	-5	0	-5	0	-5
5.04.11	Redução de capital em controladas	0	0	0	0	0	0	-103.216	-103.216
5.04.18	Distribuição de dividendos intermediários	0	0	0	0	0	0	-111.810	-111.810
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.084	-9.615	12.469	74.344	86.813
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.084	0	22.084	74.202	96.286
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-9.615	-9.615	142	-9.473
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-9.615	-9.615	142	-9.473
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	25.818	-25.818	0	0	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	0	0	0	25.818	-25.818	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.196.958	1.259.604	1.090.752	47.897	-191.071	4.404.140	1.041.935	5.446.075

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

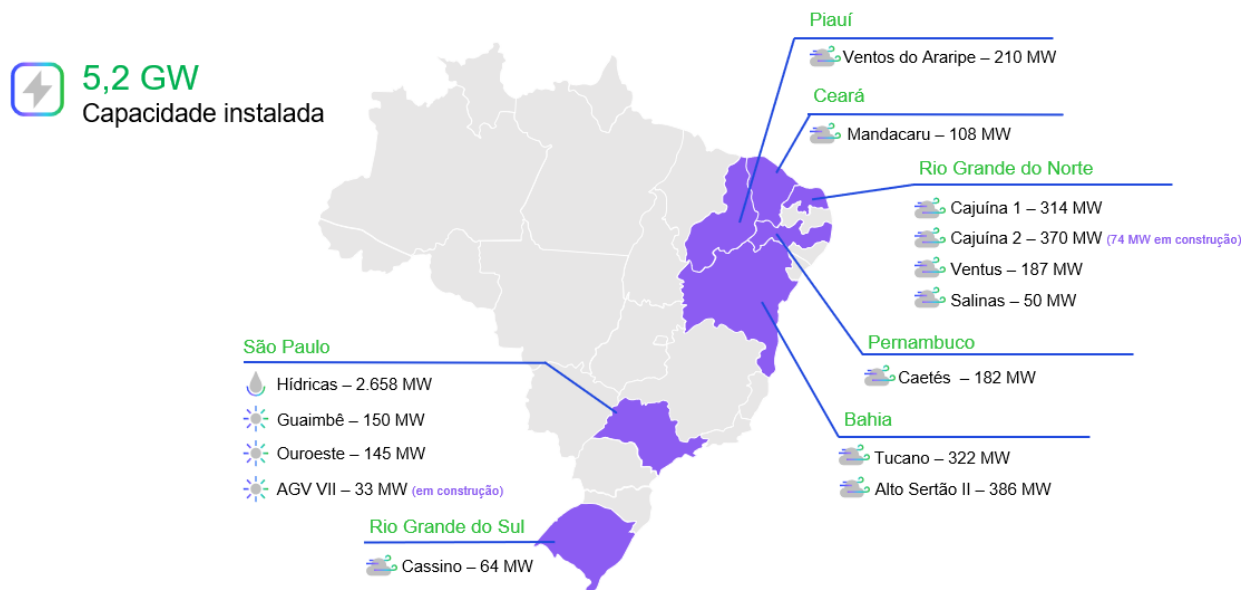
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
7.01	Receitas	2.471.961	3.515.624
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.005.513	1.805.487
7.01.02	Outras Receitas	14.514	59.289
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	451.934	1.650.848
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.372.611	-2.299.823
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-675.430	-509.898
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-596.039	-1.707.549
7.02.04	Outros	-101.142	-82.376
7.02.04.02	Outros Custos	-101.142	-82.376
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.099.350	1.215.801
7.04	Retenções	-389.637	-371.631
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-389.637	-371.631
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	709.713	844.170
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	150.412	301.655
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-8.910	5.482
7.06.02	Receitas Financeiras	159.322	296.173
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	860.125	1.145.825
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	860.125	1.145.825
7.08.01	Pessoal	104.179	101.506
7.08.01.01	Remuneração Direta	85.394	76.374
7.08.01.02	Benefícios	12.323	16.521
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.347	4.134
7.08.01.04	Outros	2.115	4.477
7.08.01.04.01	Previdência privada	2.115	4.477
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	309.511	377.020
7.08.02.01	Federais	202.181	259.887
7.08.02.02	Estaduais	106.803	116.832
7.08.02.03	Municipais	527	301
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	657.480	571.013
7.08.03.01	Juros	656.445	568.860
7.08.03.02	Aluguéis	1.035	2.153
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-211.045	96.286
7.08.04.02	Dividendos	0	5
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-245.280	22.079
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	34.235	74.202

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – AES BRASIL

PERFIL CORPORATIVO

AES Brasil investe há 25 anos no país e é uma geradora de energia elétrica com portfólio diversificado e 100% renovável. Possui **5,2 GW de capacidade instalada totalmente contratada**.



COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS - AUREN ENERGIA S.A.

Em 15 de maio de 2024, a AES Brasil divulgou um Fato Relevante sobre a celebração de um **acordo de combinação de negócios com a Auren Energia S.A.** ("acordo"). O acordo, aprovado pelo Conselho de Administração da AES Brasil na mesma data do anúncio, dará origem a uma única companhia aberta listada no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, com potencial de se beneficiar de sinergias corporativas, operacionais e financeiras significativas e sólido portfólio de ativos de geração e comercialização de energia para atender à crescente demanda de energia renovável no Brasil.

O acordo prevê que a operação será realizada por meio da incorporação, pela ARN Holding Energia S.A. ("ARN"), uma sociedade cujo capital é integralmente detido pela Auren, da totalidade das ações ordinárias de emissão da AES Brasil, com a consequente conversão da AES Brasil em subsidiária integral da ARN e a emissão, pela ARN, de novas ações ordinárias e preferenciais compulsoriamente resgatáveis.

Como ato subsequente, a ARN será incorporada pela Auren, de modo que a ARN será extinta e a Auren passará a ser titular da totalidade do capital social da AES Brasil ("incorporação").

Comentário do Desempenho

Estrutura da Transação:



- 1. Constituição da NewCo pela Auren e incorporação de ações da AES Brasil pela NewCo;
- 2. Entrega de PN's resgatáveis e ações ordinárias (ON's) da NewCo aos acionistas da AES Brasil;
- 3. As PN's resgatáveis são automaticamente e compulsoriamente resgatadas mediante a entrega aos acionistas da parcela caixa;
- 4. A Auren incorpora a NewCo, emitindo ações ordinárias da Auren aos acionistas da AES Brasil, em substituição às ON's detidas na NewCo;
- 5. Após a incorporação pela Auren, a NewCo é extinta e a AES Brasil torna-se subsidiária integral da Auren.

Após o cumprimento/renúncia de todas as condições precedentes e a realização da Assembleia Geral para deliberação das matérias relacionadas à operação, será aberto, para os acionistas da AES Brasil, um período de escolha da opção que desejem exercer no âmbito da combinação de negócios, conforme descrito abaixo:

	Opção 1	Opção 2	Opção 3
Ações ON Auren recebidas por cada Ação ON AES Brasil	0,68613861386 Ações ON Auren (90% x Relação de Troca)	0,38118811881 Ações ON Auren (50% x Relação de Troca)	0 Ações ON Auren
Valor em moeda corrente nacional recebido por cada Ação ON AES Brasil	R\$ 1,1550	R\$ 5,7750	R\$ 11,5500
Percentual recebido em Ações ON Auren	90%	50%	0%
Percentual recebido em moeda corrente nacional	10%	50%	100%

Adicionalmente, vale destacar que a operação foi aprovada sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 14 de junho, e os processos de anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e de obtenção dos consentimentos necessários para troca de controle estão em andamento. A expectativa é que o *closing* da operação ocorra ao longo do 4º trimestre de 2024.

Comentário do Desempenho

FONTE EÓLICA

Complexos Eólicos	Contrato O&M	Fim do Contrato O&M	% AES Brasil	Entrada em operação	Cap. Instalada (MW)	Garantia Física MME (Bruta, MWm)	MWm Contratado	Início do PPA	Fim do PPA	Preço PPA (R\$/MWh) ¹	Fim da Autoriz.
OPERAÇÃO					1.823,5	852,2	810,2				
Alto Sertão II - BA					386,1	184,4	177,1				
LER 2010	OSA GE	2024 a 2026	100%	2014	167,7	83,2	73,5	set.-13	ago.-33	260,72	2046
LEN 2011	OSA GE	2024 a 2026	100%	2015	218,4	101,2	103,6	jan.-16	dez.-35	204,25	2047
Ventus - RN					187,1	65,8	58,3				
LER 2009	Interno	2024	100%	2014	187,1	65,8	58,3	jul.-12	jun.-32	336,82	2045
Mandacaru e Salinas - CE/RN					158,5	66,7	66,3				
LER 2009	Interno		100%	2014	94,5	39,1	34,9	jul.-12	jun.-32	335,26	2045
LEN 2011	Interno		100%	2014	64,0	27,6	31,4	nov.-14	ago.-34	218,40	2047
Ativos Eólicos Adquiridos em 2022 - PI/PE/RS					455,9	228,9	229,4				
Ventos do Araripe - LER 13	Interno		100%	2015	210,0	110,0	108,3	set.-15	ago.-35	197,29	2049
Caetés - LER 13	OSA GE	2025	100%	2016	181,9	94,7	94,7	set.-15	ago.-35	208,07	2049
Cassino - LFA 10	FSA SGRE	2025	100%	2015	64,0	24,2	26,4	jan.-15	dez.-34	296,19	2046
Cajuína 1 (RN)					313,5	159,3	149,1				
PPA Minasligas	FSA Nordex		100%	2023	45,6	22,9	21,0	jan.-23	dez.-42		2055
PPA Ferbasa	FSA Nordex		100%	2023	165,3	83,7	80,0	jan.-24	dez.-43		2055
PPA Copel	FSA Nordex		100%	2023	11,4	6,1	4,0	jan.-23	dez.-35		2055
PPA BRF (autoprodução) - Cajuína 1	FSA Nordex		76%	2023	91,2	46,6	44,1	jan.-24	dez.-38		2055
Tucano (BA)					322,4	147,1	130,0				
PPA Unipar I (autoprodução)	FSA SGRE	2028	50%	2023	155,0	71,5	60,0	jan.-23	dez.-42		2055
PPA Anglo American	FSA SGRE	2028	100%	2023	167,4	75,6	70,0	jan.-22	dez.-36		2055
EM CONSTRUÇÃO					370,5	191,0	152,9				
Cajuína 2 (RN)					370,5	191,0	152,9				
PPA BRF (autoprodução)	FSA Nordex		76%	2023e	74,1	37,9	35,9	jan.-24	dez.-38		2055
PPA Unipar III (autoprodução)	FSA Nordex		90%	2023e	91,2	44,2	40,0	jan.-24	dez.-43		2055
PPA Microsoft	FSA Nordex		100%	2024e	153,9	79,7	77,0	jul.-24	jul.-39		2055
Capacidade Adicional			100%		51,30	29,20					

1 – Data base: junho/24.

Comentário do Desempenho

Fonte Solar

Complexos Solares	Contrato O&M	% AES Brasil	Entrada em operação	Cap. Instalada (MW)	Garantia Física MME (Bruta, MWm)	MWm Contratado	Início do PPA	Fim do PPA	Preço PPA (R\$/MWh) ¹	Fim da Autoriz.
OPERAÇÃO				295,1	64,9	65,3				
Guaimbê – SP				150,0	29,5	29,5				
LER 2014	Interno	100%	2018	150,0	29,5	29,5	out.-17	set.-37	365,90	2050
Ouroeste – SP				145,1	35,4	35,8				
Boa Hora – LER 2015	Interno	100%	2019	69,1	15,9	15,9	nov.-18	out.-38	440,32	2051
Água Vermelha – LEN 2017	Interno	100%	2019	76,0	19,5	19,9	jan.-21	dez.-40	200,53	2053
EM CONSTRUÇÃO				33,2						
AGV VII - SP	Interno	100%	2024	33,2						

1 – Data base: junho/24.

Fonte Hídrica

Usinas Hidrelétricas	Localização (Estado)	Bacia Hidrográfica	Cap. Instalada (MW)	Garantia Física (Bruta, MWm)	Vencimento da Concessão
Água Vermelha	SP	Rio Grande	1.396,2	694,5	ago/32
Bariri	SP	Tietê	143,1	59,6	jul/32
Barra Bonita	SP	Tietê	140,8	46,7	mai/32
Caconde	SP	Rio Grande	80,4	32,5	mai/32
Euclides da Cunha	SP	Rio Grande	108,8	47,1	jun/32
Ibitinga	SP	Tietê	131,5	66,8	ago/32
Limoeiro	SP	Rio Grande	32,0	14,3	jul/32
Nova Avanhandava	SP	Tietê	347,4	125,5	mai/32
Promissão	SP	Tietê	264,0	93,9	set/32
PCH Mogi	SP	Mogi Guaçu	7,2	4,0	jul/32
PCH S. Joaquim	SP	Mogi Guaçu	3,0	1,3	jun/36
PCH S. José	SP	Mogi Guaçu	4,0	1,6	jun/36
Total Portfólio Hídrico			2.658,4	1.187,8	

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

GERAÇÃO CONSOLIDADA

Geração (GWh)	1S23	1S24	Var
TOTAL	8.466,4	7.002,0	-17,3%
Hídricas	6.210,7	4.325,9	-30,3%
Eólicos	1.981,0	2.399,7	21,1%
Ativos Eólicos - ACR	1.732,7	1.521,1	-12,2%
Novos Ativos Eólicos - ACL (Tucano e Cajuína)	248,3	878,6	253,9%
Solares	274,8	276,4	0,6%

GERAÇÃO HÍDRICA

Estrutura do Sistema

A receita decorrente da geração hídrica está relacionada à estratégia de alocação de energia adotada pela Companhia, e não diretamente ao seu volume de geração, uma vez que as hidrelétricas fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), instrumento de compartilhamento do risco hidrológico. **As usinas da AES Brasil representam, aproximadamente, 2% de toda a garantia física hídrica que compõe o MRE.**

Em 2024, a Companhia optou por **não aderir à alocação do MRE para a UHE Água Vermelha (695 MWm de Garantia Física)**, que representa 58% da garantia física hídrica total no portfólio da AES Brasil, enquanto as demais usinas hídricas seguiram a sazonalização do sistema. Com isso, tanto a garantia física alocada pela Companhia quanto o volume alocado pelas usinas do MRE como um todo foram maiores em 2024 até junho se comparado a 2023 até junho.

O despacho das usinas hidrelétricas pertencentes ao MRE é determinado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e foi **menor no 1º semestre de 2024 (1S24)** se comparado ao mesmo período de 2023, com a finalidade de preservar os reservatórios em níveis confortáveis no cenário de afluência abaixo das expectativas para o período úmido de novembro de 2023 a março de 2024.

A afluência média do Sistema Interligado Nacional (SIN) foi de 74% da MLT¹ no 1S24 (vs 98% no 1S23). Como resultado de um período úmido com chuvas inferiores à MLT, os reservatórios do Brasil registraram uma redução nos seus volumes úteis no período (média de 70% no 1S24 vs 83% no 1S23). Entretanto, o volume permaneceu acima da média histórica dos últimos 10 anos.

Segundo dados do ONS, **a carga² média de energia do SIN atingiu 73 GWm no 1S24**, 5% superior ao 1S23 em decorrência da retomada gradual da atividade econômica, aliada a temperaturas acima da média acarretadas pelo fenômeno meteorológico/oceânico El Niño.

Como consequência dos fatores mencionados, o **GSF foi de 94% no 1S24**, inferior ao mesmo período do ano anterior (98%). No acumulado do ano, o **Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)** médio para o submercado SE/CO foi de R\$ 61,99, praticamente em linha com o limite inferior estabelecido pela ANEEL para o período (R\$ 61,07/MWh).

¹ Média de Longo Termo.
² Carga não considera a Geração Distribuída em Micro e Mini Escala.

Comentário do Desempenho

Desempenho AES Brasil

Como reflexo do cenário hidrológico do período, o **volume total de energia bruta gerada pelas usinas hidrelétricas da AES Brasil atingiu 4.326 GWh no 1S24**, 30% abaixo do registrado no 1S23 (6.211 GWh).

No caso das usinas participantes do MRE, um dos principais balizadores do desempenho operacional é o índice de disponibilidade. As usinas hidrelétricas da AES Brasil apresentaram **disponibilidade média de 94% em 2024 até junho**.

GERAÇÃO EÓLICA

A **geração eólica bruta atingiu 2.400 GWh no 1S24, 21% superior** ao mesmo período do ano anterior.

O crescimento no volume de geração é explicado, principalmente, pela entrada em operação faseada dos Complexos Eólicos Tucano e Cajuína. Os novos complexos geraram, juntos, 879 GWh no acumulado do ano (vs 248 GWh no 1S23).

Em relação à **disponibilidade** dos ativos, vale destacar a aceleração das manutenções realizadas no plano de *turnaround* nos primeiros meses de 2024, período de baixa safra de ventos, que resultou no aumento de 4 p.p. na disponibilidade consolidada dos ativos adquiridos via M&A no período se comparado ao mesmo período de 2023. No 1S24, a **disponibilidade** média atingiu 92% desconsiderando a indisponibilidade de 1 dos 2 transformadores de Ventos do Araripe entre janeiro e março de 2024 - reparado e reenergizado em junho.

Além disso, os **ventos** mais fracos na região Nordeste, percebidos entre janeiro e abril, retornaram aos níveis esperados a partir de maio. Com isso, a velocidade média ponderada pela capacidade dos parques foi de 6,9 m/s, 6% inferior ao 1S23 (7,4 m/s).

Por fim, vale mencionar a intensificação do **curtailment** registrado no portfólio eólico da Companhia, totalizando 109 GWh no período (vs 26 GWh no 1S23), sendo aproximadamente 37% deste volume registrado em Cajuína. Em termos comparativos, a representatividade das restrições na geração potencial - soma do volume total de energia gerado e do volume total de *curtailment* registrado - atingiu 4% no 1S24, +3 p.p. em relação ao 1S23.

GERAÇÃO SOLAR

Os complexos solares registraram **geração bruta de 276 GWh no 1S24**, aumento de 1% em relação ao 1S23 (275 GWh).

De maneira geral, os indicadores operacionais das usinas solares apresentaram uma evolução positiva se comparado ao mesmo período do ano anterior. A disponibilidade média consolidada atingiu 100%, e a irradiância aumentou 7% no 1S24 em comparação com o 1S23, uma vez que a região onde os complexos estão localizado foi menos afetada por dias chuvosos e/ou com maior nebulosidade, fatores que comprometem esse indicador.

Por outro lado, a geração das usinas foi influenciada pela redução de eficiência dos módulos acarretada pela sujeira, cuja intensidade é particularmente agravada pelo clima seco na região, aumentando a deposição de poeira e partículas sobre os painéis solares. Para contornar a situação, a Companhia adquiriu dois novos equipamentos de limpeza, que são cerca de cinco vezes mais eficientes do que os anteriores, otimizando a manutenção dos módulos e a eficiência da geração de energia.

Além disso, é importante mencionar que, por estarem localizadas no estado de São Paulo, as usinas solares da AES Brasil se beneficiam de uma demanda energética constante e elevada em função da industrialização e densidade demográfica da região, além de uma maior robustez da infraestrutura de rede. Combinados, estes fatores reduzem a probabilidade de *curtailment* se comparado às usinas localizadas nas demais regiões do país.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

AES Brasil Consolidado - R\$ mil	1S24	1S23	Var
Receita operacional líquida	1.700.457	1.549.240	9,8%
Custo com energia	(609.195)	(474.011)	28,5%
Margem Operacional	1.091.262	1.075.229	1,5%
Custos Operacionais	(260.630)	(215.781)	20,8%
Despesas Gerais e administrativas	(105.561)	(102.531)	3,0%
Outras (despesas) receitas operacionais	(18.666)	(11.157)	67,3%
Custos & Despesas	(384.857)	(329.469)	16,8%
Depreciação e Amortização	(387.406)	(309.328)	25,2%
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	(772.263)	(638.797)	20,9%
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	318.999	436.432	-26,9%
Receitas financeiras	154.466	282.395	-45,3%
Despesas financeiras	(656.445)	(571.036)	15,0%
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(501.979)	(288.641)	73,9%
Resultado de equivalência patrimonial	(8.910)	5.482	-262,5%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(191.890)	153.273	-225,2%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(57.272)	(55.073)	4,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.117	(1.914)	-2091,5%
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(19.155)	(56.987)	-66,4%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(211.045)	96.286	-319,2%
Atribuído a acionistas da empresa controladora	(245.280)	22.084	-1210,7%
Atribuído a acionistas não controladores	34.235	74.202	-53,9%

A receita operacional líquida totalizou R\$ 1.700.457 mil no 1S24, aumento de 9,8% em comparação ao 1S23. No período, a margem operacional líquida³ totalizou R\$ 1.091.262 mil, 1,5% superior ao mesmo período do ano anterior, refletindo:

- **Hídrica:** a redução entre os períodos reflete, principalmente, a receita não recorrente contabilizada no 1S23, referente ao volume de exportação de energia da EVT (Energia Vertida Turbinável). Segundo dados do ONS, o Brasil exportou aproximadamente 1,8 GWm no período.
- **Eólica:** aumento entre os períodos, reflexo da operação comercial faseada de Tucano e Cajuína, parcialmente mitigada pela menor velocidade dos ventos (-6%), principalmente influenciada pelo regime de ventos do 1º trimestre do ano.
Ainda, vale mencionar a contabilização de compensações por atraso no 1S23, que não se repetiram em 2024
- **Solar:** aumento reflete a atualização anual por inflação dos contratos regulados, parcialmente compensada pela redução da eficiência dos módulos acarretada pela sujeira devida ao tempo seco, conforme mencionado acima.
- **Outros:** redução influenciada, principalmente, pelo resultado da comercializadora em um cenário de volatilidade de preços.

³ Receita líquida menos compra de energia para revenda, taxas e encargos setoriais.

Comentário do Desempenho

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas gerais e administrativas somaram R\$ 384.857 mil no acumulado do ano, aumento de 17% em relação ao 1S23 (R\$ 329.469 mil). Além do impacto da inflação e do crescimento da Companhia, com a operação faseada dos Complexos Tucano e Cajuína, foram registrados eventos não recorrentes que aumentaram os custos e despesas em 2024 até junho - manutenção bianual das esclusas, ajuste de compra do Complexo Eólico Alto Sertão II em função do melhor desempenho do parque em relação ao cenário base de aquisição, despesas com a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren e provisão de processo cível.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido registrado no 1S24 foi negativo em R\$ 501.979 mil, em comparação com o montante negativo de R\$ 288.641 mil registrado no 1S23.

As receitas financeiras somaram R\$ 154.466 mil no 1S24, inferior ao 1S23 (R\$ 282.395 mil), reflexo, principalmente, da redução no rendimento de aplicações financeiras decorrente do menor saldo de caixa e aplicações na comparação entre os períodos, além do menor CDI médio registrado (CDI médio 1S24: 10,88% vs 1S23: 13,65%).

As despesas financeiras totalizaram R\$ 656.445 mil no acumulado do ano (vs R\$ 571.036 mil no 1T23), principalmente influenciadas pela redução nos juros capitalizados em função da operação total do Complexo Eólico Cajuína 1, e da operação faseada dos Complexos Tucano e Cajuína 2.

LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO LÍQUIDO

Em função dos fatores já mencionados, a AES Brasil registrou prejuízo líquido de R\$ 211.045 mil no 1S24 (vs lucro líquido de R\$ 96.286 mil no 1S23).

Notas Explicativas



BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.156	95	170.666	281.683
Investimentos de curto prazo	3	121.511	342.813	2.003.553	1.733.262
Contas a receber de clientes	4	—	—	368.550	375.660
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5	6.165	9.841	118.099	101.211
Outros tributos a recuperar	5	—	—	5.994	4.614
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	53.606	—	472.532	31.527
Cauções e depósitos vinculados	7	710	678	10.886	37.320
Conta de ressarcimento	8	—	—	4.005	9.718
Outros ativos	9	12.164	10.358	251.629	197.211
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		197.312	363.785	3.405.914	2.772.206
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5	18.509	18.509	108.895	75.235
Tributos diferidos	6	833	2.081	174.191	127.958
Cauções e depósitos vinculados	7	93	74	577.982	577.380
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	—	—	146.662	34.941
Conta de ressarcimento	8	—	—	2.152	7.854
Outros ativos	9	1.039	1.010	37.676	35.604
Investimentos em controladas e joint ventures	10	5.244.806	6.105.386	93.745	106.852
Imobilizado, líquido	11	4.965	1.001	13.813.278	13.691.750
Intangível, líquido	12	1.753	1.232	1.939.318	2.050.140
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		5.271.998	6.129.293	16.893.899	16.707.714
TOTAL DO ATIVO		5.469.310	6.493.078	20.299.813	19.479.920

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	13	2.475	1.719	387.487	375.775
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.181.170	243.171	3.192.547	2.308.744
Passivo de arrendamento	16	392	1.143	6.987	7.935
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	—	—	34.165	17.600
Outros tributos a pagar	14	3.156	2.999	53.999	60.417
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		173	45.057	1.202	45.976
Provisões para processos judiciais e outros	18	710	680	10.398	9.324
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	14.501	35.365	525.051	143.799
Encargos setoriais	19	—	—	16.211	21.651
Obrigações de aquisições	20	—	—	96.599	131.990
Conta de ressarcimento	8	—	—	19.283	137.633
Outras obrigações	21	3.529	2.220	63.116	71.567
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		1.206.106	332.354	4.407.045	3.332.411
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	—	1.603.488	8.998.463	9.149.383
Passivo de arrendamento	16	—	—	224.429	212.175
Tributos diferidos	6	—	—	11.753	8.486
Obrigações com benefícios pós-emprego	17	—	—	104.419	104.007
Provisões para processos judiciais e outros	18	—	—	74.510	64.982
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	—	38.131	152.027	257.382
Conta de ressarcimento	8	—	—	852.843	638.914
Outras obrigações	21	504	138	164.046	132.757
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		504	1.641.757	10.582.490	10.568.086
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social subscrito e integralizado	22	2.196.958	2.196.958	2.196.958	2.196.958
Ações em tesouraria		(15)	(15)	(15)	(15)
Reserva de capital	22.1	1.259.151	1.258.949	1.259.151	1.258.949
Reserva de lucros	22.1	1.231.057	1.231.057	1.231.057	1.231.057
Outros resultados abrangentes	22.1	(203.854)	(167.982)	(203.854)	(167.982)
Prejuízos Acumulados		(220.597)	—	(220.597)	—
Subtotal		4.262.700	4.518.967	4.262.700	4.518.967
Participação de acionistas não controladores	22.2	—	—	1.047.578	1.060.456
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.262.700	4.518.967	5.310.278	5.579.423
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		5.469.310	6.493.078	20.299.813	19.479.920

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
30 de junho de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto lucro por ação)

Notas	Controladora				Consolidado			
	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
Receita operacional líquida	24	—	—	—	871.852	1.700.457	762.977	1.549.240
Custo de produção e operação de energia	25	—	—	—	(659.192)	(1.255.256)	(511.530)	(996.760)
LUCRO BRUTO		—	—	—	212.660	445.201	251.447	552.480
Gerais e administrativas	26	(9.110)	(16.664)	(5.305)	(12.823)	(50.583)	(54.149)	(104.891)
Outras (despesas) receitas operacionais	27	(102)	(341)	(251)	(341)	(3.863)	(3.350)	(11.157)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(9.212)	(17.005)	(5.556)	(54.446)	(126.202)	(57.499)	(116.048)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(9.212)	(17.005)	(5.556)	158.214	318.999	193.948	436.432
Receitas financeiras		4.622	12.491	27.613	53.029	77.683	132.019	282.395
Despesas financeiras		(48.423)	(107.834)	(69.229)	(134.400)	(334.237)	(656.445)	(571.036)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	28	(43.801)	(95.343)	(41.616)	(81.371)	(256.554)	(501.979)	(288.641)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(85.944)	(132.942)	55.343	116.647	(5.101)	(8.910)	5.482
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(138.957)	(245.290)	8.171	(103.441)	(191.890)	54.781	153.273
Imposto de renda e contribuição social correntes		—	—	—	(35.529)	(57.272)	(29.957)	(55.073)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(17)	10	(21)	(28)	30.293	38.117	11.087
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	6	(17)	10	(21)	(5.236)	(19.155)	(18.870)	(56.987)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(138.974)	(245.280)	8.150	(108.677)	(211.045)	35.911	96.286
Atribuído a acionistas da empresa controladora		(138.974)	(245.280)	8.150	(138.974)	(245.280)	8.150	22.084
Atribuído a acionistas não controladores		—	—	—	30.297	34.235	27.761	74.202
Lucro (prejuízo) por ação (em reais)								
Básico	23.1	(0,23088)	(0,40749)	0,01354	0,03669	(0,23088)	(0,40749)	0,03669
Diluído	23.2	(0,22863)	(0,39999)	0,01331	0,03606	(0,22663)	(0,39999)	0,03606

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
30 de junho de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora				Consolidado			
	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(138.974)	(245.280)	8.150	22.084	(108.677)	(211.045)	35.911	96.286
Outros resultados abrangentes								
- Itens que serão reclassificados para o resultado no futuro								
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	(4.699)	(17.915)	(2.260)	9.749	—	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.606	6.107	(321)	(4.395)	—	—	—	—
Hedge de fluxo de caixa	30 16.177	2.868	(3.990)	(20.782)	11.549	(14.905)	(6.175)	(10.891)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre Hedge de fluxo de caixa	6.1 (5.501)	(1.258)	1.357	7.066	(3.895)	4.849	1.036	2.671
Opção de recompra de participação acionária	21 (499)	(991)	(638)	(1.253)	(499)	(991)	(638)	(1.253)
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(131.890)	(256.469)	2.298	12.469	(101.522)	(222.092)	30.134	86.813
Atribuído a acionistas da empresa controladora					(131.890)	(256.469)	2.298	12.469
Atribuído a acionistas não controladores					30.368	34.377	27.836	74.344

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
30 de junho de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Reservas de Lucros							Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal do patrimônio líquido Controladora	Participação de acionistas não controladores (nota 22.2)	Total do patrimônio líquido Consolidado
	Capital social	Ações em Tesouraria	Reservas de capital	Reserva de investimentos	Reserva de lucros a realizar	Reserva legal	Reserva Estatutária					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.196.958	—	1.259.106	985.059	74.671	31.022	—	(155.638)	—	4.391.178	1.182.617	5.573.795
Lucro líquido do período	—	—	—	—	—	—	—	—	22.084	22.084	74.202	96.286
<u>Outros resultados abrangentes</u>	—	—	—	—	—	—	—	(9.615)	—	(9.615)	142	(9.473)
<u>Transações com os acionistas:</u>												
Remuneração com base em ações	—	—	498	—	—	—	—	—	—	498	—	498
Distribuição de dividendos	—	—	—	—	—	—	—	—	(5)	(5)	—	(5)
Distribuição de dividendos intermediários	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(111.810)	(111.810)
Redução de capital em controladas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(103.216)	(103.216)
<u>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</u>												
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	—	—	—	—	—	—	—	(25.818)	25.818	—	—	—
Saldos em 30 de junho de 2023	2.196.958	—	1.259.604	985.059	74.671	31.022	—	(191.071)	47.897	4.404.140	1.041.935	5.446.075
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.196.958	(15)	1.258.949	985.059	73.749	40.283	131.966	(167.982)	—	4.518.967	1.060.456	5.579.423
Lucro líquido (prejuízo) do período	—	—	—	—	—	—	—	—	(245.280)	(245.280)	34.235	(211.045)
<u>Outros resultados abrangentes</u>	—	—	—	—	—	—	—	(11.189)	—	(11.189)	142	(11.047)
<u>Transações com os acionistas:</u>												
Remuneração com base em ações	—	—	202	—	—	—	—	—	—	202	—	202
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(110)	(110)
Distribuição de dividendos adicionais propostos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(37.116)	(37.116)
Distribuição de dividendos intermediários	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(10.029)	(10.029)
<u>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</u>												
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	—	—	—	—	—	—	—	(24.683)	24.683	—	—	—
Saldos em 30 de junho de 2024	2.196.958	(15)	1.259.151	985.059	73.749	40.283	131.966	(203.854)	(220.597)	4.262.700	1.047.578	5.310.278

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

30 de junho de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Atividades operacionais:					
Lucro líquido (prejuízo) do período		(245.280)	22.084	(211.045)	96.286
Ajustes para conciliar o Lucro líquido (prejuízo) do período com o caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10, 25 e 26	21.075	12.578	387.406	309.328
Variação monetária e cambial		23.038	78.109	62.298	80.424
Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	18	30	643	9.547	653
Despesas com previdência privada e programa de incentivo à aposentadoria	17	—	—	5.095	6.059
Custo de empréstimos (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	15 e 28	81.516	52.905	512.032	404.502
Juros sobre passivo de arrendamento	16	50	133	11.830	8.153
Marcação a mercado de derivativos	24	—	—	(6.668)	(13.964)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	28	(12.538)	(55.524)	(100.530)	(249.264)
Resultado de equivalência patrimonial	10	112.535	(128.845)	8.910	(5.482)
Ajuste de preço na aquisição de subsidiária	27	—	—	22.186	—
Tributos e contribuições sociais diferidos	6	(10)	28	(38.117)	1.914
Ações e opções de ações outorgadas		202	498	202	498
Baixa de bens do ativo	11	—	—	6.403	4.618
Variação de ativos e passivos operacionais		929	(5.580)	149.179	261.684
Contas a receber de clientes		—	—	7.110	(11.859)
Tributos e contribuições sociais compensáveis		96	(6.305)	29.897	5.947
Outros ativos		(1.351)	(609)	(51.503)	9.540
Fornecedores		756	(440)	12.505	(5.798)
Outros tributos a pagar		—	—	(15.054)	1.443
Imposto de renda e contribuição social a pagar		—	—	57.272	55.073
Encargos setoriais		—	—	(5.440)	1.261
Conta de ressarcimento		—	—	116.447	221.844
Outras obrigações		1.428	1.774	(2.055)	(15.767)
		(18.453)	(22.971)	818.728	905.409
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	15 e 28	(119.942)	(71.525)	(484.929)	(49.615)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	16	(50)	(133)	(11.830)	(6.339)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		—	—	(77.006)	(100.898)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	17	—	—	(4.683)	(281)
Pagamento de processos judiciais e outros	18	—	—	(1)	(1.068)
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		207.632	(518.624)	(281.117)	392.815
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		29.788	20.835	114.375	204.894
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais		98.975	(592.418)	73.537	1.344.917
Atividades de investimentos:					
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	10	71.875	—	—	—
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(5.152)	(839)	(436.576)	(1.652.433)
Indenização de seguros de imobilizado	27	—	—	9.856	—
(Aumento) redução de capital em controladas e controladas em conjunto	10	621.781	(1.888)	—	—
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	20	—	—	(63.996)	(42.863)
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	7	(51)	(664)	29.462	(3.750)
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de investimentos		688.453	(3.391)	(461.254)	(1.699.046)
Atividades de financiamentos:					
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	15	—	571.113	2.010.000	1.008.104
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	15	—	—	(76.209)	—
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	15	(730.889)	(1.327)	(1.505.660)	(491.898)
Liquidação de instrumento derivativo		(28.541)	(8.383)	(101.415)	(97.272)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	31	(44.884)	(5)	(92.029)	(111.035)
Redução de capital em controladas	22	—	—	—	(103.216)
Recebimento de ajuste de preço de compra de subsidiária	10	20.699	—	20.699	—
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	16	(752)	(567)	(3.834)	(3.118)
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	7	—	—	25.148	15.776
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de financiamentos		(784.367)	560.831	276.700	217.341
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		3.061	(34.978)	(111.017)	(136.788)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		95	35.056	281.683	195.872
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		3.156	78	170.666	59.084

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
30 de junho de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
1. RECEITAS	—	—	2.471.961	3.515.624
Receita bruta de venda de energia	—	—	2.005.513	1.805.487
Outras receitas operacionais	—	—	14.514	59.289
Receitas relativas à construção de ativos próprios	—	—	451.934	1.650.848
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(6.709)	(3.525)	(1.372.611)	(2.299.823)
Materiais	(149)	(36)	(286.525)	(821.471)
Serviços de terceiros	(5.900)	(3.162)	(309.514)	(886.078)
Custo da energia comprada e transmissão	—	—	(675.430)	(509.898)
Outros custos operacionais	(660)	(327)	(101.142)	(82.376)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(6.709)	(3.525)	1.099.350	1.215.801
4. RETENÇÕES	(668)	(671)	(389.637)	(371.631)
Depreciação e amortização	(668)	(671)	(389.637)	(371.631)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(7.377)	(4.196)	709.713	844.170
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(119.842)	172.259	150.412	301.655
Equivalência patrimonial	(132.942)	116.647	(8.910)	5.482
Receitas financeiras	13.100	55.612	159.322	296.173
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(127.219)	168.063	860.125	1.145.825
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(127.219)	168.063	860.125	1.145.825
Pessoal	8.363	7.086	104.179	101.506
Remuneração e encargos	5.894	4.121	85.394	76.374
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	2.329	2.962	12.323	16.521
Previdência privada	140	3	2.115	4.477
FGTS	—	—	4.347	4.134
Tributos (Governos)	1.863	4.482	309.511	377.020
Federais	1.863	4.482	150.471	202.157
Imposto de Renda e Contribuição Social	(10)	28	19.154	56.987
COFINS	323	2.222	80.151	92.139
PIS	42	361	32.520	34.554
INSS	1.208	1.318	16.901	16.652
Encargos sociais - Outros	300	553	1.745	1.825
Estaduais	—	—	106.803	116.832
ICMS	—	—	106.282	116.606
Outros	—	—	521	226
Municipais	—	—	527	301
IPTU	—	—	422	171
ISS	—	—	105	130
Encargos setoriais	—	—	51.710	57.730
Pesquisa e desenvolvimento	—	—	11.826	10.206
Taxa de fiscalização - ANEEL	—	—	11.634	8.926
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	—	—	28.250	38.598
Remuneração de capital de terceiros	107.835	134.411	657.480	571.013
Juros	107.834	134.400	656.445	568.860
Aluguéis	1	11	1.035	2.153
Remuneração de capitais próprios	(245.280)	22.084	(211.045)	96.286
Lucros retidos	(245.280)	22.079	(245.280)	22.079
Dividendos	—	5	—	5
Participação de acionistas não controladores	—	—	34.235	74.202

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Brasil Energia S.A ("Companhia" ou "Controladora"), é uma companhia de capital aberto, constituída em 20 de março de 2020, com sede na Avenida Luiz Carlos Berrini, 1.376, 12º andar da Torre A - Sala Digitalização, Brooklin Paulista, São Paulo - SP, Brasil, que tem por objetivo principal exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente nos setores de geração de energia elétrica.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil Ltda. e indiretamente pela The AES Corporation ("AES Corp"), sediada nos Estados Unidos da América.

A Companhia possui um portfólio diversificado de geração de energia elétrica renovável, sendo eles: geração hidroelétrica, geração eólica e geração solar.

A Companhia atua, ainda, na área de comercialização de energia por meio da AES Comercializadora de Energia Ltda.

1.1 Acordo de Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a Companhia comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Transação") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a Companhia e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da Companhia em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da Companhia e da Auren.

Após o cumprimento ou renúncia de todas as condições precedentes à Transação dispostas no *Business Combination Agreement*, será aberto, para os acionistas da Companhia, um período de escolha da opção que desejem exercer no âmbito da Transação.

Uma vez finalizada a documentação necessária, incluindo o protocolo e justificação da Incorporação de Ações e da Incorporação, as administrações da Companhia e da Auren convocarão as respectivas assembleias gerais de acionistas para deliberação das matérias relacionadas à Transação.

A condição precedente relativa à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE foi concluída em 14 de junho de 2024, remanescendo pendentes outras condições precedentes para a conclusão da Transação, dentre as quais, a aprovação da operação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a aprovação ("waivers") dos debenturistas e demais credores, bem como a ratificação da celebração do Acordo pelo Conselho de Administração da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 24 de julho de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2024, submetendo-as nesta data à apreciação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As informações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela Controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

Notas Explicativas



A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades de capital aberto. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações benefícios pós-emprego, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído (“*deemed cost*”), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pela mensuração inicial a valor justo do intangível gerado pela extensão do período de concessão.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Com o objetivo de divulgar nas informações contábeis intermediárias apenas os aspectos relevantes, a Companhia deixou de apresentar as notas explicativas a seguir, pois foram anteriormente divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, publicadas em 26 de fevereiro de 2024. Dessa forma, a leitura das informações contábeis intermediárias deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis anuais.

Número	Nota explicativa	Justificativa
1.1	Geração hidroelétrica	(a)
1.2	Geração eólica	(a)
1.3	Geração solar	(a)
1.4	Comercialização de energia	(a)
1.5	Obrigações de expansão	(a)
2.2	Políticas contábeis e estimativas	(a)
2.3	Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	(a)
2.4	Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração	(a)
2.7	Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023	(a)
2.8	Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes	(a)
6.2	Estimativa de recuperação de créditos	(a)
15.3	Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos	(b)
17.1	Previdência privada	(a)
17.2	Programa de incentivo à aposentadoria	(a)
17.3	Informações relevantes das obrigações com benefícios pós-emprego	(a)
22.1	Patrimônio líquido	(b)
23	Destinação do resultado	(a)
31.2	Gerenciamento de riscos	(a)
31.2 (a)	Estrutura de gerenciamento de riscos	(a)
31.2 (b)	Riscos resultantes de instrumentos financeiros	(a)
31.2 (b.1)	Risco de crédito	(b)
31.2 (b.5)	Risco de aceleração das dívidas	(b)
31.2 (c)	Outros riscos considerados relevantes	(a)
31.2 (c.1)	Risco hidrológico	(a)
31.2 (c.2)	Risco em renováveis não-hídricas	(a)
31.2 (c.3)	Risco de alterações na legislação tributária do Brasil	(a)
31.2 (c.4)	Risco de instabilidade cambial e econômica	(a)
31.2 (c.5)	Risco socioambiental	(a)
31.2 (c.6)	Risco de obrigação de expansão	(a)
31.2 (c.7)	Risco da escassez de vento	(a)
31.2 (c.8)	Risco de concentração - Fornecedores	(a)
31.2 (c.9)	Risco de mudanças climáticas	(a)
32	Seguros	(a)
34	Compromissos	(a)
35	Investimentos e gastos em meio ambiente	(a)

Notas Explicativas



- (a) Informações idênticas às publicadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.
- (b) Informações e textos reduzidos, pois não houve alteração no conteúdo nas informações contábeis intermediárias.

2.2 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

Em 30 de junho de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, suas controladas e *joint ventures* em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia, suas controladas e *joint ventures* preparam, no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia, suas controladas e *joint ventures*. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, podendo sofrer alterações.

Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia, suas controladas e *joint ventures* são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Administração da Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures* é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operações. As informações contábeis intermediárias estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços. As receitas e despesas são convertidas às taxas de câmbio nas datas das transações.

2.4 Critérios de consolidação

Transações e saldos em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

Notas Explicativas



O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e Equivalentes de caixa				
Numerário disponível	101	95	17.276	50.123
Operação compromissada	3.055	—	153.390	231.560
Subtotal	3.156	95	170.666	281.683
Investimentos de curto prazo				
CDB-DI	121.511	342.813	2.003.553	1.733.262
Subtotal	121.511	342.813	2.003.553	1.733.262
Total	124.667	342.908	2.174.219	2.014.945

Os investimentos de curto prazo em 30 de junho de 2024 possuem liquidez diária e rentabilidade média consolidada de 100,08% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100,82% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado							
Saldos vencidos	Saldos vencidos				PECLD (i)	30/06/2024	31/12/2023	
	Até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias				
<u>CIRCULANTE</u>								
Contratos bilaterais	205.786	208	150	413	3	(636)	205.924	205.560
Mercado de Curto Prazo	1.534	1.212	153	80	—	—	2.979	39.088
Contratos de energia eólicos	117.273	266	12	—	—	—	117.551	70.608
Contratos de energia solares	21.721	—	—	—	—	—	21.721	24.024
Partes relacionadas (nota 29)	1.951	—	—	—	—	—	1.951	2.318
Contratos de comercialização de energia	18.424	—	—	—	—	—	18.424	34.062
Total	366.689	1.686	315	493	3	(636)	368.550	375.660

(i) Refere-se às perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com base na expectativa de perdas dos valores vencidos ou do saldo a vencer do contas a receber da controlada indireta AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda, que possui em sua carteira clientes varejistas.

Em relação aos demais saldos de contas a receber, a Companhia concluiu que não há expectativa de perda dos valores vencidos ou do saldo a vencer.

Notas Explicativas



5. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				
<u>Imposto de renda e contribuição social a recuperar</u>				
Imposto de renda	—	5.736	52.787	73.076
Contribuição social (i)	—	—	23.252	6.585
Imposto de renda retido na fonte	6.165	4.105	42.060	21.550
Total	6.165	9.841	118.099	101.211
<u>Outros tributos a recuperar</u>				
PIS e COFINS	—	—	3.278	2.032
ICMS	—	—	1.937	2.048
INSS	—	—	203	197
Outros	—	—	576	337
Total	—	—	5.994	4.614
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
<u>Imposto de renda e contribuição social a recuperar</u>				
Imposto de renda (i)	17.888	17.888	105.860	72.891
Contribuição social	621	621	3.035	2.344
Total	18.509	18.509	108.895	75.235
Total	24.674	28.350	232.988	181.060

(i) A variação é decorrente, principalmente, das apurações e retificação das obrigações acessórias do exercício de 2021 dos Complexos Mandacaru e Salinas e Santos. No consolidado, o efeito do crédito gerado pela transação foi de R\$48.172, sendo R\$37.740 registrados como contrapartida na rubrica de Intangível, e R\$10.432 registrados como atualização monetária de créditos tributários, no resultado financeiro.

Notas Explicativas



6. TRIBUTOS DIFERIDOS

6.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

		Controladora				Consolidado				
		Balanço Patrimonial		Resultado		Balanço Patrimonial		Resultado		
		Notas	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	30/06/2023
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:										
Tributos ativos:										
			—	—	—	—	538.804	532.795	6.009	558
			—	—	—	—	4.212	6.798	(2.586)	(1.834)
	18		—	—	—	—	31.326	23.434	7.892	(1.077)
			—	—	—	—	5.894	5.754	140	1.964
			—	—	—	—	2.027	2.027	—	—
	6.3		—	—	—	—	53.922	54.335	(413)	(5.892)
			—	—	—	—	10.545	12.419	(1.874)	(182)
			878	2.136	—	—	35.155	30.306	—	—
			—	—	—	—	29.608	29.608	—	—
	8		—	—	—	—	16.531	12.954	3.577	2.153
			—	—	—	—	836	794	42	182
			—	—	—	—	180.719	18.618	162.101	28.934
			—	—	—	—	2.054	2.192	(138)	4.199
Tributos passivos:										
			—	—	—	—	(228.551)	(241.266)	12.715	13.300
	12		—	—	—	—	(5.745)	(6.100)	355	356
	18		—	(21)	21	(8)	(106)	(192)	86	(349)
			—	—	—	—	(18.530)	(19.335)	805	(13.533)
			(45)	(34)	(11)	(20)	(276)	(265)	(11)	(5)
	12		—	—	—	—	(233.576)	(247.947)	14.371	14.370
			—	—	—	—	(67.331)	(68.509)	1.178	(12.275)
			—	—	—	—	(186.969)	(22.599)	(164.370)	(36.326)
			—	—	—	—	(8.111)	(6.349)	(1.762)	3.543
Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido			833	2.081	10	(28)	162.438	119.472	38.117	(1.914)
Tributos diferidos do ativo não circulante										
			833	2.081			174.191	127.958		
Tributos diferidos do passivo não circulante			—	—			(11.753)	(8.486)		
Total			833	2.081			162.438	119.472		

Os tributos diferidos são apresentados por complexo e pelo valor líquido, a seguir:

Notas Explicativas



Complexo	30/06/2024			31/12/2023
	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Controladora	878	(45)	833	2.081
AES Comercializadora	180.709	(186.960)	(6.251)	(3.981)
Complexo Tucano	—	(1.805)	(1.805)	(3.145)
Complexo Araripe	—	(1.140)	(1.140)	—
Complexo Caetés	—	(1.638)	(1.638)	—
AES Operações	710.104	(554.058)	156.046	111.480
AES Tietê Integra	3.453	—	3.453	3.404
Complexo Alto Sertão II	6.369	(1.719)	4.650	4.543
Complexo AGV	95	(92)	3	(33)
Complexo Ouroeste	—	(203)	(203)	(214)
Complexo Guaimbé	—	(410)	(410)	(496)
Complexo Ventus	6.326	(443)	5.883	3.964
Complexo Salinas e Mandacaru	3.699	(376)	3.323	2.486
Complexo Cassino	—	(306)	(306)	(617)
Consolidado	911.633	(749.195)	162.438	119.472

A movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.081	119.472
Impacto no resultado	10	38.117
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	(1.258)	4.849
Saldos em 30 de junho de 2024	833	162.438

A composição da base de cálculo e a conciliação do imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora							
	01/04/2024 a 30/06/2024		01/01/2024 a 30/06/2024		01/04/2023 a 30/06/2023		01/01/2023 a 30/06/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(138.957)	(138.957)	(245.290)	(245.290)	8.171	8.171	22.112	22.112
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	34.739	12.506	61.323	22.076	(2.043)	(735)	(5.528)	(1.990)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Adições (exclusões) permanentes:								
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(6.500)	(2.339)	(13.028)	(4.689)	(300)	(108)	(814)	(293)
Resultado de equivalência patrimonial (i)	(27.794)	(10.006)	(48.264)	(17.375)	2.427	873	6.379	2.296
Outros ajustes de impostos	(458)	(165)	(24)	(9)	(100)	(35)	(58)	(20)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(13)	(4)	7	3	(16)	(5)	(21)	(7)
Composição dos tributos no resultado:								
Corrente	—	—	—	—	—	—	—	—
Diferidos	(13)	(4)	7	3	(16)	(5)	(21)	(7)
Total	(13)	(4)	7	3	(16)	(5)	(21)	(7)
Alíquota efetiva	—	—	—	—	-0,2%	-0,1%	-0,1%	—

(i) A diferença da equivalência patrimonial com a demonstração de resultados, refere-se aos juros capitalizados.

Notas Explicativas



	Consolidado							
	01/04/2024 a 30/06/2024		01/01/2024 a 30/06/2024		01/04/2023 a 30/06/2023		01/01/2023 a 30/06/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(103.441)	(103.441)	(191.890)	(191.890)	54.781	54.781	153.273	153.273
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	25.860	9.310	47.973	17.270	(13.695)	(4.930)	(38.318)	(13.795)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Adições (exclusões) permanentes:								
Diferenças temporárias sem imposto diferido constituído	(282)	(101)	(282)	(101)	(3.298)	(1.187)	(3.520)	(1.267)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(34.998)	(12.580)	(68.295)	(24.555)	(1.461)	(537)	(14.589)	(5.235)
Amortização da mais valia em combinação de negócios e de direitos contratuais, exploração de autorização	(5.235)	(1.884)	(9.807)	(3.530)	(1.215)	(438)	(5.397)	(1.943)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.276)	(459)	(2.228)	(802)	1.180	424	1.371	493
Diferença de base - controladas lucro presumido	8.458	1.135	11.403	870	3.071	193	18.541	4.943
Outros ajustes de impostos	5.261	1.555	9.769	3.160	4.443	(1.420)	3.668	(1.939)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(2.212)</u>	<u>(3.024)</u>	<u>(11.467)</u>	<u>(7.688)</u>	<u>(10.975)</u>	<u>(7.895)</u>	<u>(38.244)</u>	<u>(18.743)</u>
Composição dos tributos no resultado:								
Corrente	(24.374)	(11.155)	(39.268)	(18.004)	(20.885)	(9.072)	(38.610)	(16.463)
Diferidos	22.162	8.131	27.801	10.316	9.910	1.177	366	(2.280)
Total	<u>(2.212)</u>	<u>(3.024)</u>	<u>(11.467)</u>	<u>(7.688)</u>	<u>(10.975)</u>	<u>(7.895)</u>	<u>(38.244)</u>	<u>(18.743)</u>
Alíquota efetiva	2,1%	2,9%	6,0%	4,0%	-20,0%	-14,4%	-25,0%	-12,2%

A Controladora apurou prejuízo fiscal no período findo em 30 de junho de 2024, não tendo, portanto, despesa de IRPJ/CSLL correntes. Houve apenas constituição de IRPJ/CSLL diferidos sobre diferença temporária de variação cambial não realizada.

6.2 Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído

	Prejuízo Fiscal e Base negativa de Contribuição Social		Diferenças Temporárias		Total Diferido não Contabilizado	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Controladora	21.157	7.616	4.520	1.627	25.677	9.243
Complexo Alto Sertão II	140.498	50.579	—	—	140.498	50.579
AES Brasil Operações	61.177	22.395	39.833	14.340	101.010	36.735
Complexo Salinas e Mandacarú	3.079	1.108	40.625	14.625	43.704	15.733
Complexo Tucano	79.218	28.519	1.945	700	81.163	29.219
Guaimbê Holding	—	—	5.717	2.058	5.717	2.058
Complexo Cajuína	4.540	1.635	462	166	5.002	1.801
Complexo Ventus	40	14	—	—	40	14
Complexo Arinos	71	26	—	—	71	26
Complexo Caetés	119.927	43.174	—	—	119.927	43.174
Complexo Araripe	104.458	37.605	—	—	104.458	37.605
Complexo Cassino	39	14	—	—	39	14
Cordilheira dos Ventos	10	4	—	—	10	4
Potengi	17.272	6.218	418	150	17.690	6.368
Veleiros	8.012	2.884	56	20	8.068	2.904
AES GF1 Holdings	5	2	—	—	5	2
Consolidado	<u>559.503</u>	<u>201.793</u>	<u>93.576</u>	<u>33.686</u>	<u>653.079</u>	<u>235.479</u>

Os correspondentes impostos diferidos ativos não foram reconhecidos, tendo em vista que os impostos diferidos ativos são constituídos no limite da expectativa de realização dos lucros tributários futuros. Para os prejuízos e bases negativas de contribuição social detidos por empresas *holdings*, cujos resultados

Notas Explicativas



são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis, a Companhia não constitui impostos diferidos ativos.

6.3 Créditos fiscais de ágios incorporados

Os créditos fiscais de ágios incorporados classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tietê Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados na controlada direta AES Operações, de acordo com os conceitos da Resolução CVM 78/2022.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da controlada direta AES Operações, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da controlada direta AES Operações apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do período. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos estavam assim representados:

	Consolidado			
	30/06/2024			31/12/2023
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
AES Brazilian Energy Holdings Ltda				
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	108.652
Amortização acumulada	(232.651)	153.550	(79.101)	(75.812)
Subtotal	86.913	(57.362)	29.551	32.840
AES Gás Ltda.				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(751.085)	506.465	(244.620)	(247.750)
Subtotal	57.219	(35.099)	22.120	18.990
AES Tietê Participações S.A.				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(75.797)	50.025	(25.772)	(25.518)
Subtotal	6.623	(4.372)	2.251	2.505
Total	150.755	(96.833)	53.922	54.335

A movimentação dos créditos fiscais do ágio incorporado é como segue:

Movimentação dos créditos fiscais do ágio	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	54.335
Amortização	(16.233)
Reversão	15.820
Saldos em 30 de junho de 2024	53.922

Notas Explicativas



7. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Notas	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				
Garantias de compromissos contratuais	—	—	930	30.302
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	18.1 710	678	3.204	3.063
Garantias de financiamento (i)	—	—	6.752	3.955
Subtotal	710	678	10.886	37.320
NÃO CIRCULANTE				
Garantias de financiamento (i)	—	—	570.371	570.350
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	18.1 93	74	7.611	7.030
Subtotal	93	74	577.982	577.380
Total	803	752	588.868	614.700

(i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívida das controladas Complexo Eólico Caetés, Complexo Eólico Araripe, AES Operações e Tucanos F1 a F4 no montante, respectivamente de R\$107.049, R\$79.180, R\$21.043 e R\$9.786 e de suas controladas indiretas, composto pelo Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, Complexo Eólico Cassino, Complexo Eólico Alto Sertão II e Complexo Eólico Ventus, nos montantes de R\$235.184, R\$98.271, R\$16.478 e R\$10.132, respectivamente. A integralidade dos recursos retidos, nestas contas, deve ser aplicada seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo destas contas, em sua totalidade, está aplicado em certificados de depósitos bancários e fundos, com rentabilidade média consolidada de 100,08% do CDI.

A movimentação das cauções e dos depósitos vinculados para o período findo em 30 de junho de 2024 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	614.700
Adições (i)	179.015
Atualização monetária (nota 28)	28.778
Baixas e resgates (ii)	(233.625)
Saldo em 30 de junho de 2024	588.868

(i) As adições no montante de R\$179.015, são compostas por: (a) ingressos decorrentes de garantias previstas em cláusulas contratuais para emissão de financiamentos e debêntures, no montante de R\$178.543 e (b) valores depositados judicialmente no montante de R\$472.

(ii) Os resgates no montante de R\$233.625 são compostos por: (a) pagamento de principal e juros das dívidas, no montante de R\$203.691; (b) R\$29.912 de resgates de garantias de compromissos contratuais e (c) R\$22 de depósitos judiciais.

8. RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas que operam contratos do Leilão de Energia de Reserva - LER 2009, LER 2010, LER 2013, LER 2014, LER 2015 e a CCEE e entre os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3), LEN 2017, Fontes Alternativas - LFA 2010 e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Notas Explicativas



A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17.572	(776.547)
Adição/reversão (i)	(2.385)	(241.763)
Amortização	—	155.637
Atualização monetária	—	(9.453)
Ressarcimento contratual (ii)	5.119	—
Amortização de ressarcimento contratual	(14.149)	—
Saldos em 30 de junho de 2024	6.157	(872.126)
Circulante	4.005	(19.283)
Não circulante	2.152	(852.843)

(i) refere-se à geração eólica abaixo da contratada no período, principalmente em função de *curtailment* e da baixa velocidade do vento.

(ii) refere-se ao ressarcimento de energia atrelado ao contrato de manutenção, que obedece a regras similares às regras do Órgão Regulador.

Os ressarcimentos relativos aos eventos de *constrained-off* das usinas eólicas atrelados à contratação de energia elétrica no ambiente regulado e à contratação de energia de reserva estavam suspensos desde a emissão do Despacho nº 2.303/2019 pela ANEEL, onde se iniciou uma apuração dos procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE divulgou o comunicado CO 970/22, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para as solares fotovoltaicas. Em 12 de janeiro de 2023, a CCEE divulgou o comunicado CO 039/23 para a operacionalização das apurações de ressarcimentos de fontes eólicas e solares, de acordo com as premissas já estabelecidas nas resoluções normativas emitidas pela ANEEL.

A reapuração do ressarcimento ocorrerá em duas etapas, compreendidas como período transitório e período definitivo. Para o período transitório, que compreende os ressarcimentos apurados até setembro de 2021, as reapurações e liquidações iniciaram-se em setembro de 2023, com encerramento em junho de 2024. Entretanto, para o período definitivo, que compreende os ressarcimentos apurados a partir de outubro de 2021, a Companhia aguarda a emissão da Nota Técnica pela ANEEL contendo aprovação das regras a serem adotadas.

Em 30 de junho de 2024, do saldo total de R\$872.126 do passivo de ressarcimento, R\$537.483 referem-se à suspensão de devolução de ressarcimento de ciclos encerrados decorrente do Despacho 2.303/2019, sendo R\$115.414 para o LER 2009, R\$12.925 para o LER 2010, R\$202.400 para o LER 2011, R\$177.639 para o LER 2013 e R\$29.105 para LFA.

Notas Explicativas



9. OUTROS ATIVOS

Notas	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				
Almoxarifado (i)	—	—	81.587	60.409
Compensação por atraso de fornecedores (ii)	—	—	44.329	74.242
Despesas pagas antecipadamente (iii)	56	26	65.566	26.332
Dividendos a receber	29	10.423	9.939	13.720
Adiantamento a fornecedores	—	—	19.641	11.613
Adiantamento a empregados	—	2	3.364	397
Imóvel disponível para venda	—	—	1.521	1.521
Contas a receber de partes relacionadas	29	—	90	2
Outros	1.685	301	21.899	13.155
Subtotal	12.164	10.358	251.629	197.211
NÃO CIRCULANTE				
Pis e Cofins diferidos sobre ressarcimento	—	—	19.590	15.604
Despesas pagas antecipadamente	—	—	3.419	4.258
Contas a receber de partes relacionadas	29	—	5.068	5.581
INSS	—	—	1.622	1.622
ICMS	—	—	1.403	1.390
Outras contas a receber	—	—	3.333	4.133
Outros	1.039	1.010	3.241	3.016
Subtotal	1.039	1.010	37.676	35.604
Total	13.203	11.368	289.305	232.815

(i) O almoxarifado é composto por materiais de reposição (peças sobressalentes). Os estoques são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável, e são avaliados com base no "custo médio ponderado".

(ii) Refere-se à compensação a receber por atraso na conclusão das obras dos Complexos Tucano e Cajuína, nos montantes de R\$29.636 e R\$14.693, respectivamente, que estão previstas nos contratos de construção e fornecimento de turbinas e equipamentos. Os contratos estabelecem penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso.

Os montantes do Complexo Tucano estão apresentados parcialmente líquidos do passivo, com a contraparte registrado na rubrica de Fornecedores, haja vista que o referido contrato prevê esta compensação. No exercício de 2023, foram compensados R\$96.750 contra fornecedores. Os montantes referentes ao Complexo Tucano foram fixados mediante assinatura de acordo firmado entre as partes em 22 de março de 2024 e serão liquidados no 3º trimestre de 2024.

(iii) A variação é decorrente, principalmente, da renovação do seguro patrimonial das empresas do Grupo.

Notas Explicativas

**10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E JOINT VENTURES**

A Companhia detém investimentos em empresas controladas diretas e indiretas e indiretamente em *joint ventures*. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas informações contábeis intermediárias da Controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A controlada direta Tucano Holding I detém 50% de participação indireta na Tucano Holding III com a Unipar Carbocloro S.A., empreendimento controlado em conjunto ("*Joint Venture*") com a Unipar Carbocloro S.A. Conforme os acordos contratuais, é requerido consenso entre todas as partes do acordo para as atividades relevantes. A participação no investimento é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

Na Controladora, os intangíveis decorrentes de combinação de negócios e da aquisição de ativos são incluídos no valor contábil do investimento, inicialmente mensurado pelo seu valor justo e amortizado com base no prazo remanescente de autorização ou do contrato. Já na demonstração consolidada, esses valores são apresentados na rubrica de intangível.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	4.627.294	5.446.768	93.745	106.852
Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos (i)	16.137	16.137	—	—
Direito de exploração de autorização decorrente de aquisição de ativos (ii)	476.032	509.092	—	—
Mais valia dos ativos adquiridos (ii)	125.343	133.389	—	—
Total	5.244.806	6.105.386	93.745	106.852

(i) Refere-se às aquisições dos Complexos Arinos, no montante de R\$16.137. A amortização iniciará após a entrada em operação do parque com base no prazo de autorização.

(ii) Refere-se às aquisições dos Complexos Araripe e Caetés. O direito de exploração de autorização é amortizado com base no prazo de concessão e a mais valia dos investimentos adquiridos é amortizada com base na vida útil média do ativo imobilizado.

A movimentação dos investimentos para o período findo em 30 de junho de 2024 é como segue:

	Controladora				
	Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos	Direito de exploração de autorização decorrente de aquisição de ativos	Mais valia dos ativos adquiridos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.446.768	16.137	509.092	133.389	6.105.386
Equivalência patrimonial (i)	(112.535)	—	—	—	(112.535)
Ajuste intangível de aquisição (ii)	—	—	(20.699)	—	(20.699)
Amortização da mais valia dos ativos adquirido (i)	—	—	—	(8.046)	(8.046)
Amortização dos direitos contratuais, exploração de autorização (i)	—	—	(12.361)	—	(12.361)
Aumento de capital	78.219	—	—	—	78.219
Redução de capital (iii)	(700.000)	—	—	—	(700.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	(484)	—	—	—	(484)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(71.875)	—	—	—	(71.875)
Outros resultados abrangentes (iv)	(12.799)	—	—	—	(12.799)
Saldos em 30 de junho de 2024	4.627.294	16.137	476.032	125.343	5.244.806

(i) Valores apresentados na rubrica de equivalência patrimonial nas demonstrações de resultados.

(ii) O ajuste é proveniente do acordo após a análise realizada para atendimento ao contrato de compra e venda de ações, especificamente quanto ao cálculo do capital de giro, endividamento e do ajuste de preço, que foram acordados e firmados em 05 de agosto de 2022 entre a Companhia, a controlada direta AES Operações, e a Cubico Brasil S.A., para a aquisição dos complexos Caetés, Araripe e Cassino.

Notas Explicativas



(iii) Em 13 de maio de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da controlada direta AES Tucano Holding I, o resgate de 670.987.522 ações ordinárias, classe "B", nominativas e sem valor nominal, pelo valor de R\$ 700.000, calculado com base no valor patrimonial por ação de emissão em 30 de abril de 2024. Os recursos foram utilizados para liquidação parcial da 1ª emissão de debêntures da Companhia.

(iv) O montante se refere principalmente ao efeito reflexo do *hedge* dos empréstimos captados no exterior para financiamento da construção dos parques eólicos, proteção cambial referente à aquisição de placas solares em moeda estrangeira, por meio de NDF e opção de recompra acionária.

Controladora	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Redução de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Dividendos mínimos obrigatórios	Outros Resultados Abrangentes	Ajuste Intangível de aquisição Complexos Eólicos Araripe e Caetés	Amortização da mais valia dos ativos adquiridos e intangíveis de direitos de exploração	Saldos em 30 de junho de 2024
AES Tucano Holding I	2.163.116	(44.958)	73.575	(700.000)	(71.875)	(484)	1.581	—	—	1.420.955
AES Brasil Operações	3.026.566	(38.629)	—	—	—	—	(14.380)	—	—	2.973.557
AES Comercializadora	21.868	4.871	—	—	—	—	—	—	—	26.739
AES GF1 Holdings	42.607	(24)	394	—	—	—	—	—	—	42.977
AES GF2 Holdings	1.166	633	—	—	—	—	—	—	—	1.799
AES Arinos Holding	21.723	(55)	105	—	—	—	—	—	—	21.773
São Tomé Holding	400.015	(22.168)	—	—	—	—	—	(9.939)	(9.777)	358.131
São Tito Holding	426.227	(12.283)	4.145	—	—	—	—	(10.760)	(10.630)	396.699
AES Energy Solutions	2.098	78	—	—	—	—	—	—	—	2.176
Total	6.105.386	(112.535)	78.219	(700.000)	(71.875)	(484)	(12.799)	(20.699)	(20.407)	5.244.806

As principais informações sobre as controladas e coligadas estão apresentadas abaixo:

Controlada	Total de quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Lucro líquido (prejuízo) do período ajustado
AES Tucano Holding I (i)	2.119.413.544	50,71%	688.787	2.147.916	(105.069)	(44.958)
AES Brasil Operações	2.014.441.535	100%	1.799.262	2.844.324	(38.629)	(38.629)
AES Comercializadora	12.000.000	100%	12.000	26.739	4.871	4.871
AES GF1 Holdings	43.069.500	100%	43.070	42.977	(24)	(24)
AES GF2 Holdings	1.157.900	100%	1.158	1.798	633	633
AES Arinos Holding	5.923.500	100,00%	5.924	5.637	(55)	(55)
São Tomé Holding	373.237	100%	373.237	81.065	(22.168)	(22.168)
São Tito Holding	277.662	100%	277.662	69.316	(12.283)	(12.283)
AES Energy Solutions	2.028.678	100%	2.030	2.174	78	78
Total				5.221.946	(172.646)	(112.535)

(i) A diferença entre o lucro líquido do período e o lucro líquido do período ajustado no montante de R\$60.111 refere-se aos juros capitalizados da Tucano Holding I. Com o objetivo de financiar principalmente a construção de novos complexos solares, a Controladora captou recursos por meio de debêntures e empréstimos de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado na controlada, a capitalização foi reconhecida nas rubricas "Investimentos" em contrapartida ao "Resultado de equivalência patrimonial". Já nas informações contábeis intermediárias consolidadas, está apresentado como "Imobilizado, líquido" (nota explicativa nº 11) em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica "Juros capitalizados transferidos no imobilizado/intangível em curso" (nota explicativa nº 28). Para melhor apresentação, os juros capitalizados foram ajustados na tabela em Lucro Líquido (prejuízo) do período ajustado.

Joint Venture

Em 30 de junho de 2024, as informações contábeis da *Joint Venture* estão apresentadas abaixo:

Notas Explicativas

**Balanco Patrimonial**

Ativo circulante	187.451
Ativo não circulante	785.514
Passivo circulante	166.740
Passivo não circulante	616.370
Patrimônio líquido	189.855
Demonstração de Resultado	
Resultado Operacional	16.734
Resultado financeiro	(29.652)
Despesa ou receita de imposto sobre a renda	(2.537)
Prejuízo do período	(15.455)
Resultado abrangente total	(15.455)
Percentual de participação	50%
Quantidade de quotas/ações do capital social	1.444.186.438

Tucano Holding III
Consolidado

A movimentação de investimentos, consolidado, da *joint venture* é como segue:

Movimentação Joint Venture	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	106.852
Equivalência patrimonial	(7.727)
Amortização de juros capitalizados	(1.183)
Dividendos	(4.197)
Saldos em 30 de junho de 2024	93.745

Operação comercial Joint Venture

Os parques eólicos controlados pela Tucano Holding III foram liberados para operação comercial e iniciaram o atendimento dos seus contratos de fornecimento de energia em 01/01/2023. O contrato de compra e venda de energia é firmado com a Unipar Carbocloro S.A., possuem vigência de 20 anos, com 155 MW de capacidade instalada e 71,5 MWh de garantia física de energia.

11. IMOBILIZADO

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Consolidado				
30/06/2024				31/12/2023
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	—	411.781	—	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	3,93%	2.962.821	(2.379.271)	583.550
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,88%	2.000.810	(644.244)	1.356.566
Máquinas e equipamentos	3,90%	11.923.280	(2.492.122)	9.431.158
Veículos	10,15%	20.521	(9.650)	10.871
Móveis e utensílios e outros	4,20%	11.384	(7.518)	3.866
Imobilizado em serviço		17.330.597	(5.532.805)	11.797.792
Imóveis destinados a uso futuro	—	578	—	578
Imobilizado em curso (i)	—	1.814.580	—	1.814.580
Bens vinculados às concessões e autorizações		19.145.755	(5.532.805)	13.612.950
Direito de uso de sede administrativa	de 11,11% a 20,00%	13.127	(8.076)	5.051
Direito de uso de terreno arrendado	de 2,86% a 7,14%	226.166	(30.889)	195.277
Total Imobilizado		19.385.048	(5.571.770)	13.813.278

(i) O ativo imobilizado em curso contempla principalmente gastos com construção de novas plantas de geração eólica nos Complexos de Tucano e Cajuína, incluindo adiantamento a fornecedores para aquisição dos aerogeradores, além de gastos com a modernização de unidades geradoras das usinas hidroelétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço quando da sua entrada em operação.

Notas Explicativas



b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Consolidado							
	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração (II)	Provisão para desmobilização	Baixas	Transferências e reclassificações (I)	Juros capitalizados	Saldos em 30 de junho de 2024
Terrenos	414.284	—	—	—	—	(2.503)	—	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	2.945.326	—	—	—	—	17.495	—	2.962.821
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.663.859	—	—	—	—	336.951	—	2.000.810
Máquinas e equipamentos	10.122.499	—	—	24.845	(8.284)	1.784.220	—	11.923.280
Veículos	19.750	—	—	—	—	771	—	20.521
Móveis e utensílios e outros	9.320	—	—	—	—	2.064	—	11.384
Imóveis destinados a uso futuro	578	—	—	—	—	—	—	578
Imobilizado em curso (III)	3.541.393	330.573	—	—	—	(2.147.545)	90.159	1.814.580
Direito de uso de sede administrativa	12.781	—	346	—	—	—	—	13.127
Direito de uso de terreno arrendado	212.163	21.968	(7.965)	—	—	—	—	226.166
Subtotal	18.941.953	352.541	(7.619)	24.845	(8.284)	(8.547)	90.159	19.385.048
Depreciação/Amortização	(5.250.203)	(310.877)	—	—	1.881	(12.571)	—	(5.571.770)
Total líquido	13.691.750	41.664	(7.619)	24.845	(6.403)	(21.118)	90.159	13.813.278

(i) Valor de R\$ 10.471 refere-se à reclassificação para outros intangíveis (nota 12) e para estoques.

(ii) Vide nota 16.

(iii) A variação é devida, principalmente, pelas transferências em decorrência dos despachos emitidos pela ANEEL, ocorridas entre os períodos de janeiro de 2024 a abril de 2024, que libera para operação comercial as unidades geradoras, pertencentes às controladas indiretas Ventos de Santa Tereza 04, Ventos de Santa Tereza 07, Ventos de Santa Tereza 08, Ventos de São Ricardo 03, Ventos de São Ricardo 04 e Ventos de São Ricardo 10, com capacidade instalada de 6,2 MW cada, para início de operação no primeiro dia subsequente à data de emissão.

Notas Explicativas

**c) Dos bens vinculados à concessão e autorizações**

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Os ativos de suas controladas que possuem essas características, são:

	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Concessão	2.287.694	2.346.554
Autorizações	11.324.678	11.153.181
Imóveis destinados a uso futuro	578	578
Total	13.612.950	13.500.313

12. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	30/06/2024				31/12/2023
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Extensão de concessão (i)	9,10%	982.856	(295.868)	686.988	729.255
Uso do bem público (UBP) (ii)	3,70%	73.174	(56.278)	16.896	17.941
Direitos contratuais de solares e eólicas (iii)	4,85%	524.043	(96.637)	427.406	467.363
Direito de exploração de autorização (iv)	3,00%	731.016	(49.350)	681.666	720.429
Intangível gerado na combinação de negócios (v)	3,42%	19.073	(5.033)	14.040	14.948
Direitos e projetos em desenvolvimento (vi)	—	37.208	—	37.208	37.208
Software e outros intangíveis	21,06%	143.363	(68.249)	75.114	62.996
Total		2.510.733	(571.415)	1.939.318	2.050.140

(i) Refere-se ao ativo intangível da extensão de concessão registrado em 2020, decorrente da repactuação do GSF, conforme Lei 14.052/2020 e Resolução Normativa 895/2020. O saldo é amortizado pelo método linear a partir de 1º de janeiro de 2021 até o final do prazo de concessão da AES Operações.

(ii) O uso do bem público (UBP) compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos e foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

(iii) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Parque Solar Boa Hora e Guaimbê, além dos complexos eólicos Ventus, complexo São Ricardo, complexo Serra Verde, complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, amortizados, pelo método linear, com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização. Estes valores foram definidos com base em modelos de avaliação de ativos, considerando as informações e condições constantes nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.

(iv) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente da aquisição de ativos dos Parques Solares Boa Hora, Guaimbê e Parques Eólicos de Santa Tereza, Complexo Eólico Tucano,

Notas Explicativas



Ventos do Araripe, Caetés e Cassino que serão amortizados com base no prazo remanescente de autorização.

(v) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Complexo Eólico Alto Sertão II, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.

(vi) Corresponde ao direito e projetos em desenvolvimento decorrente da aquisição de ativos e do Projeto Eólico Cordilheira dos Ventos, que será amortizado com base no prazo de autorização, após a planta entrar em operação, que está previsto julho de 2025 e também da aquisição do Projeto Solar Arinos, ainda sem previsão de início de construção.

A movimentação do intangível é como segue:

	Consolidado								
	Extensão de concessão	Uso do Bem Público	Direitos contratuais	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Direitos e projetos em desenvolvimento	Software e outros intangíveis		Total
							Em curso	Em serviço	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	729.255	17.941	467.363	720.429	14.948	37.208	39.839	23.157	2.050.140
Adições	—	—	—	—	—	—	15.844	—	15.844
Efeito de aquisições (i)	—	—	(37.740)	(20.699)	—	—	—	—	(58.439)
Amortizações	(42.267)	(1.045)	(9.425)	(18.064)	(908)	—	—	(6.989)	(78.698)
Transferências (ii)	—	—	7.208	—	—	—	(35.031)	38.294	10.471
Saldos em 30 de junho de 2024	686.988	16.896	427.406	681.666	14.040	37.208	20.652	54.462	1.939.318

(i) A variação de R\$ 37.740 é referente às apurações e retificações das obrigações acessórias descritas na nota 5, e o montante de R\$ 20.699 é proveniente de análise realizada para atendimento ao contrato de compra e venda de ações, que foram acordados e firmados entre a Companhia, a controlada direta AES Operações, e a Cubico Brasil S.A., conforme detalhado na nota 10.

(ii) Refere-se a movimentação de transferência do imobilizado.

13. FORNECEDORES

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Energia elétrica comprada para revenda		—	—	94.430	67.545
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST		—	—	51.474	60.435
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg		—	—	6.075	5.612
Subtotal		—	—	151.979	133.592
Materiais e Serviços		2.101	1.719	233.148	238.983
Materiais e Serviços - partes relacionadas	29	374	—	2.360	3.200
Total		2.475	1.719	387.487	375.775

A Companhia e suas controladas possuem contratadas 97 cartas de fiança no valor total de R\$188.709, e 7 seguros garantia no valor de R\$4.661, totalizando uma importância segurada de R\$193.370 (107 cartas de fiança no valor total de R\$194.883, e 29 seguros garantia no valor de R\$98.744, totalizando uma importância segurada de R\$293.627 em 31 de dezembro de 2023), com custo de 0,22% a 1,10% a.a. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

Notas Explicativas



14. TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social a pagar (i)				
Imposto de renda	—	—	22.665	10.377
Contribuição social	—	—	11.500	7.223
Total	—	—	34.165	17.600
Outros tributos a pagar				
INSS	139	150	6.800	6.077
PIS e Cofins	33	159	14.175	17.406
ICMS	—	—	18.498	22.431
IRRF	2.826	2.641	4.082	4.221
CIDE	—	—	5.487	3.900
ISS	—	—	932	1.736
Outros	158	49	4.025	4.646
Total	3.156	2.999	53.999	60.417

(i) As controladas Tucano Holding I e II, Veleiros, Santa Tereza, Santa Tereza (06, 07, 09 e 11), Serra Verde (I, II, III, IV, VI e VII), São Ricardo, São Ricardo (1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 12 e 13), Potengi, Tucano (F5, F9, F11 e F13), AES Comercializadora, AES GF1 Holdings, AES GF2 Holdings, AES Arinos Solar Holdings, AES Arinos Solar (I a VIII), Cajuína AB1 e AB3, Cordilheira dos Ventos, Ventos de São Tomé Holding S.A., Ventos de São Tito Holding S.A. e AES New Energy são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a controlada direta AES Operações levantou balancete de suspensão no período assim como as empresas AES Comercializadora e Tucano F5, já as empresas Santa Tereza 06, 09 e 11, Serra Verde I, II, III e IV, São Ricardo 5, 6, 7 e 12, AES GF2 Holdings e AES New Energy levantaram balancete de redução.

Por sua vez, as controladas indiretas, Ventus Holding, Nova Energia e AES Tietê Eólica se utilizaram da apuração com base no balancete de redução e recolheram antecipações, Guaimbê Holding levantou balancete de suspensão e as demais controladas indiretas AES Tietê Integra, MS Participações, Santos e REB apuraram prejuízo fiscal.

Com exceção das empresas mencionadas acima, as apurações do imposto de renda e da contribuição social das demais empresas dos Complexos Ouroeste, Complexo Tucano, Alto Sertão II, Complexo Guaimbê, Complexo Ventus, Complexos Salinas e Mandacaru, Santa Tereza 01 a 05, 08, 10, 12 a 14, Serra Verde V, São Ricardo (3, 4, 10 e 11), Complexo Cassino, Complexo Araripe e Complexo Caetés são realizadas com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Notas Explicativas



15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

15.1 Os saldos de debêntures, não conversíveis, empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Controladora				
30/06/2024				
Circulante				
Principal	Encargos	Custos de transação	Total	
MOEDA NACIONAL				
Debêntures				
Debêntures - 1ª Emissão	335.235	4.235	(1.769)	337.701
Subtotal	335.235	4.235	(1.769)	337.701
MOEDA ESTRANGEIRA				
Scotiabank 4131 (1ª série)	213.652	977	(273)	214.356
Scotiabank 4131 (2ª série)	414.218	9.916	(194)	423.940
Scotiabank 4131 (3ª série)	200.566	4.801	(194)	205.173
Subtotal	828.436	15.694	(661)	843.469
Total da dívida	1.163.671	19.929	(2.430)	1.181.170

	Controladora							
	31/12/2023							
	Circulante				Não circulante			Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	
MOEDA NACIONAL								
Debêntures								
Debêntures - 1ª Emissão	—	45.187	(2.777)	42.410	1.066.124	(591)	1.065.533	1.107.943
Subtotal	—	45.187	(2.777)	42.410	1.066.124	(591)	1.065.533	1.107.943
MOEDA ESTRANGEIRA								
Scotiabank 4131 (1ª série)	187.214	944	(569)	187.589	—	—	—	187.589
Scotiabank 4131 (2ª série)	—	9.290	(334)	8.956	362.518	(18)	362.500	371.456
Scotiabank 4131 (3ª série)	—	4.550	(334)	4.216	175.473	(18)	175.455	179.671
Subtotal	187.214	14.784	(1.237)	200.761	537.991	(36)	537.955	738.716
Total da dívida	187.214	59.971	(4.014)	243.171	1.604.115	(627)	1.603.488	1.846.659

Notas Explicativas



	Consolidado								
	30/06/2024								
	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	
MOEDA NACIONAL									
Debêntures									
1ª Emissão - Tucano Holding II	31.717	10.801	(968)	41.550	368.757	—	(11.896)	356.861	398.411
1ª Emissão - Veleiros	292.005	2.819	—	294.824	—	—	—	—	294.824
2ª Emissão - Veleiros (1ª série)	5.172	552	(122)	5.602	80.089	—	(2.738)	77.351	82.953
2ª Emissão - Veleiros (2ª série)	15.688	522	(163)	16.047	69.423	—	(2.679)	66.744	82.791
1ª Emissão - Cajuína AB1	20.842	2.641	(2.175)	21.308	1.060.161	—	(49.481)	1.010.680	1.031.988
8ª Emissão - AES Operações	24.319	1.386	(1.232)	24.473	167.727	—	(3.943)	163.784	188.257
9ª Emissão (1ª Série) - AES Operações	—	44.184	(521)	43.663	1.380.000	—	(675)	1.379.325	1.422.988
9ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	—	11.369	(3.787)	7.582	858.347	—	(12.534)	845.813	853.395
9ª Emissão (3ª Série) - AES Operações	—	3.173	(1.062)	2.111	239.540	—	(3.516)	236.024	238.135
10ª Emissão - AES Operações	—	4.076	(639)	3.437	750.000	—	(2.014)	747.986	751.423
11ª Emissão - AES Operações	—	7.766	(1.419)	6.347	605.731	—	(18.084)	587.647	593.994
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	8.558	35	(254)	8.339	4.608	—	(127)	4.481	12.820
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	15.820	61	(241)	15.640	6.592	—	(121)	6.471	22.111
1ª Emissão AES Brasil Energia	335.235	4.235	(1.769)	337.701	—	—	—	—	337.701
Complexo Eólico Araripe	17.629	289	(869)	17.049	73.695	—	(2.607)	71.088	88.137
Complexo Eólico Caetés	19.344	278	(519)	19.103	72.191	—	(1.297)	70.894	89.997
1ª Emissão Potengi (1ª Série)	8.482	8.950	(1.039)	16.393	297.990	—	(17.146)	280.844	297.237
1ª Emissão Potengi (2ª Série)	25.082	2.414	(620)	26.876	186.579	—	(10.854)	175.725	202.601
1ª Emissão - (1ª série) - Santa Tereza 07	13.887	9.426	(839)	22.474	592.243	—	(11.532)	580.711	603.185
1ª Emissão - (2ª série) - Santa Tereza 07	3.546	4.812	(629)	7.729	299.519	—	(11.794)	287.725	295.454
Subtotal	837.326	119.789	(18.867)	938.248	7.113.192	—	(163.038)	6.950.154	7.888.402
Empréstimos e financiamentos									
BNDES - AES Operações	27.142	430	(70)	27.502	117.614	—	(303)	117.311	144.813
BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	12.600	405	(1.553)	11.452	112.342	1.273	(9.031)	104.584	116.036
Nota comercial - Potengi	301.221	4.592	(1.030)	304.783	—	—	—	—	304.783
BNDES - Complexo Eólico Cassino	16.390	330	(817)	15.903	99.703	—	(4.969)	94.734	110.637
BNDES - Complexo Eólico Araripe	43.001	1.430	(3.205)	41.226	401.823	—	(21.904)	379.919	421.145
BNDES - Complexo Eólico Caetés	41.410	1.377	(2.815)	39.972	386.942	—	(19.235)	367.707	407.679
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	21.362	377	(1.429)	20.310	110.734	—	(7.264)	103.470	123.780
BNB - Complexo Eólico Tucano (Anglo)	16.937	2.806	(171)	19.572	336.936	30.231	(2.611)	364.556	384.128
Outros	33.656	—	—	33.656	4.590	—	—	4.590	38.246
Subtotal	513.719	11.747	(11.090)	514.376	1.570.684	31.504	(65.317)	1.536.871	2.051.247
MOEDA ESTRANGEIRA									
Scotiabank 4131 (2020) AES Operações	320.664	—	—	320.664	320.664	—	—	320.664	641.328
Scotiabank 4131 (2021) AES Operações	572.321	3.469	—	575.790	190.774	—	—	190.774	766.564
Scotiabank 4131 (1ª série) AES Energia	213.652	977	(273)	214.356	—	—	—	—	214.356
Scotiabank 4131 (2ª série) AES Energia	414.218	9.916	(194)	423.940	—	—	—	—	423.940
Scotiabank 4131 (3ª série) AES Energia	200.566	4.801	(194)	205.173	—	—	—	—	205.173
Subtotal	1.721.421	19.163	(661)	1.739.923	511.438	—	—	511.438	2.251.361
Total da dívida	3.072.466	150.699	(30.618)	3.192.547	9.195.314	31.504	(228.355)	8.998.463	12.191.010

Notas Explicativas



	Consolidado								
	31/12/2023								
	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	
MOEDA NACIONAL									
Debêntures									
1ª Emissão - Tucano Holding II	20.818	47.421	(1.011)	67.228	320.661	—	(12.374)	308.287	375.515
1ª Emissão - Veleiros	292.005	1.453	—	293.458	—	—	—	—	293.458
2ª Emissão - Veleiros (1º série)	4.667	406	(225)	4.848	75.540	—	(1.352)	74.188	79.036
2ª Emissão - Veleiros (2º série)	15.515	385	(245)	15.655	64.692	—	(1.335)	63.357	79.012
1ª Emissão - Cajuína AB1	23.552	2.600	(2.143)	24.009	1.040.470	—	(50.572)	989.898	1.013.907
6ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	221.950	2.968	(593)	224.325	—	—	—	—	224.325
8ª Emissão - AES Operações	22.976	1.386	(1.275)	23.087	175.450	—	(4.533)	170.917	194.004
9ª Emissão (1ª Série) - AES Operações	—	49.993	(505)	49.488	1.380.000	—	(934)	1.379.066	1.428.554
9ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	—	10.913	(3.592)	7.321	835.513	—	(14.437)	821.076	828.397
9ª Emissão (3ª Série) - AES Operações	—	8.592	(1.008)	7.584	233.168	—	(4.050)	229.118	236.702
10ª Emissão - AES Operações	—	4.507	(595)	3.912	750.000	—	(2.344)	747.656	751.568
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	7.689	43	(254)	7.478	8.971	—	(254)	8.717	16.195
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	18.086	84	(242)	17.928	12.833	—	(74)	12.759	30.687
1ª Emissão AES Brasil Energia	—	45.187	(2.777)	42.410	1.066.124	—	(591)	1.065.533	1.107.943
Complexo Eólico Araripe	15.399	305	(869)	14.835	80.974	—	(3.042)	77.932	92.767
Complexo Eólico Caetés	13.557	291	(519)	13.329	82.321	—	(1.557)	80.764	94.093
Subtotal	656.214	176.534	(15.853)	816.895	6.126.717	—	(97.449)	6.029.268	6.846.163
Empréstimos e Financiamentos									
BNDES - AES Operações	27.007	576	(70)	27.513	130.532	—	(338)	130.194	157.707
BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	12.114	1.751	(1.553)	12.312	118.640	—	(9.808)	108.832	121.144
Nota comercial - Potengi	700.000	108.795	(3.000)	805.795	—	—	—	—	805.795
BNDES - Complexo Eólico Cassino	16.072	433	(817)	15.688	107.862	—	(5.377)	102.485	118.173
BNDES - Complexo Eólico Araripe	40.408	1.491	(3.205)	38.694	423.383	—	(23.507)	399.876	438.570
BNDES - Complexo Eólico Caetés	38.914	1.436	(2.815)	37.535	407.704	—	(20.642)	387.062	424.597
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	21.302	501	(1.429)	20.374	121.069	—	(7.978)	113.091	133.465
BNB - Complexo Eólico Tucano (Anglo)	17.239	1.734	(171)	18.802	345.379	31.941	(2.698)	374.622	393.424
Outros	29.662	—	—	29.662	16.685	—	—	16.685	46.347
Subtotal	902.718	116.717	(13.060)	1.006.375	1.671.254	31.941	(70.348)	1.632.847	2.639.222
MOEDA ESTRANGEIRA									
Scotiabank 4131 (2020) AES Operações	281.089	27	—	281.116	281.088	—	—	281.088	562.204
Scotiabank 4131 (2021) AES Operações	—	3.597	—	3.597	668.225	—	—	668.225	671.822
Scotiabank 4131 (1ª série) AES Energia	187.214	944	(569)	187.589	—	—	—	—	187.589
Scotiabank 4131 (2ª série) AES Energia	—	9.290	(334)	8.956	362.518	—	(18)	362.500	371.456
Scotiabank 4131 (3ª série) AES Energia	—	4.550	(334)	4.216	175.473	—	(18)	175.455	179.671
Subtotal	468.303	18.408	(1.237)	485.474	1.487.304	—	(36)	1.487.268	1.972.742
Total da dívida	2.027.235	311.659	(30.150)	2.308.744	9.285.275	31.941	(167.833)	9.149.383	11.458.127

Para o empréstimo em moeda estrangeira, o saldo contábil atualizado considera o principal, juros e custos da transação. Para esta dívida, existe *swap*, demonstrado na nota explicativa nº 30.1.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Notas Explicativas



15.2 Movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora			Consolidado			
	Debêntures	Moeda estrangeira	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.107.943	738.716	1.846.659	6.846.163	2.639.222	1.972.742	11.458.127
Ingressos	—	—	—	2.010.000	—	—	2.010.000
Encargos financeiros	58.838	20.465	79.303	332.204	91.834	31.730	455.768
Variação cambial	—	103.826	103.826	—	—	277.649	277.649
Variação monetária	—	—	—	112.326	17.363	—	129.689
Pagamento de principal	(730.889)	—	(730.889)	(1.008.604)	(497.056)	—	(1.505.660)
Pagamento de encargos financeiros	(99.790)	(20.152)	(119.942)	(338.130)	(205.583)	(31.375)	(575.088)
Diferimento dos custos de transação	—	—	—	(76.135)	(74)	—	(76.209)
Amortização dos custos de transação	1.599	614	2.213	10.578	5.541	615	16.734
Saldos em 30 de junho de 2024	337.701	843.469	1.181.170	7.888.402	2.051.247	2.251.361	12.191.010

15.3 Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos emitidos em 2024 estão descritas a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante	Vencimento	Covenants	Finalidade
Potengi Holdings S.A.	1ª Emissão - Debêntures (1ª série)	300.000	19/1/2024	IPCA + 7,37%	Semestral	Semestral	297.237	Dezembro de 2041	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,1x	Emissão de longo prazo em substituição a de curto prazo emitida em dezembro de 2022.
Potengi Holdings S.A.	1ª Emissão - Debêntures (2ª série)	210.000	29/4/2024	IPCA + 7,04%	Dezembro de 2024	Semestral	202.601	Dezembro de 2042	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,1x	Emissão de longo prazo em substituição a de curto prazo emitida em dezembro de 2022.
AES Operações	11ª Emissão - Debêntures	600.000	16/4/2024	IPCA + 6,49%	Março de 2025	Semestral (a partir de setembro de 2025)	593.994	Março de 2038	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses - Dívida líquida/ EBITDA ajustado: ≤4,5x	Reforço de caixa
Santa Tereza 07	1ª Emissão - Debêntures (1ª série)	600.000	5/4/2024	IPCA + 6,93%	Março de 2025	Semestral (a partir de março de 2025)	603.185	Março de 2039	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,1x	Emissão de longo prazo em substituição a de curto prazo emitida em março de 2022.
Santa Tereza 07	1ª Emissão - Debêntures (2ª série)	300.000	5/4/2024	IPCA + 7,08%	Março de 2025	Semestral (a partir de março de 2025)	295.454	Março de 2044	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,1x	Emissão de longo prazo em substituição a de curto prazo emitida em março de 2022.

Para o período findo em 30 de junho de 2024, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Notas Explicativas



15.4 Composição de moeda e indexadores do principal e encargos:

	Controladora e Consolidado		Controladora				Consolidado			
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024		31/12/2023		30/06/2024		31/12/2023	
	Indexador		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional										
CDI (índice do último dia útil do período)	10,40%	11,65%	339.470	28,68	1.111.311	60,03	3.118.367	25,05	4.398.064	37,73
IPCA (índice acumulado dos últimos 12 meses)	4,23%	4,62%	—	—	—	—	5.682.909	45,65	3.812.836	32,71
TJLP (índice do último dia útil do período)	6,67%	6,55%	—	—	—	—	1.270.065	10,20	1.338.690	11,48
Pré-fixado	2,55%	2,55%	—	—	—	—	126.620	1,02	132.505	1,14
Moeda estrangeira										
Dólar (taxa do último dia útil do período) (i)	5,5589	4,8413	844.130	71,32	739.989	39,97	2.252.022	18,08	1.974.015	16,94
Total			1.183.600	100,00	1.851.300	100,00	12.449.983	100,00	11.656.110	100,00

15.5 Parcelas relativas ao principal das debêntures, empréstimos e financiamentos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Consolidado				
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Encargos	Custos de transação
2025	93.449	97.763	463.745	813	(14.023)
2026	856.745	191.218	47.694	1.653	(27.532)
2027	1.988.870	201.612	—	1.723	(26.086)
2028	581.900	211.326	—	1.808	(22.297)
2029	582.390	219.169	—	1.920	(19.502)
2030 em diante	3.009.838	649.596	—	23.587	(118.915)
	7.113.192	1.570.684	511.438	31.504	(228.355)

16. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.143	220.110
Ingressos	—	21.968
Remensuração (i)	—	(6.828)
Encargos financeiros	50	11.830
Pagamento de encargos financeiros	(50)	(11.830)
Pagamento de principal	(751)	(3.834)
Saldos em 30 de junho de 2024	392	231.416
Circulante	392	6.987
Não circulante	—	224.429

(i) O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso.

Notas Explicativas



Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

	Controladora	Consolidado
CIRCULANTE		
2024	392	3.091
2025	—	3.896
Subtotal	392	6.987
NÃO CIRCULANTE		
2025	—	1.860
2026	—	4.934
2027	—	5.946
2028	—	5.117
2029	—	5.160
2030 em diante	—	201.412
Subtotal	—	224.429
Total	392	231.416

17 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

17.1 Ativos e passivos atuariais

		Consolidado	
	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Valor presente das obrigações atuariais		593.972	594.471
Valor justo dos ativos do plano		(500.722)	(500.722)
Subtotal passivo registrado com previdência privada	29	93.250	93.749
Valor presente das obrigações atuariais		11.169	10.258
Subtotal passivo registrado com programa de incentivo à aposentadoria		11.169	10.258
Total das obrigações com benefícios pós-emprego		104.419	104.007

17.2 Despesas reconhecidas no resultado do período

		Consolidado			
	Nota	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
Juros sobre a obrigação atuarial		13.500	27.000	14.836	29.672
Rendimento esperado sobre os ativos do plano		(11.408)	(22.816)	(12.326)	(24.651)
Subtotal das despesas benefício definido	29	2.092	4.184	2.510	5.021
Contribuição definida		538	1.651	2.749	4.026
Total da despesa com entidade de previdência privada		2.630	5.835	5.259	9.047
Custo dos serviços correntes		232	464	175	350
Juros sobre a obrigação atuarial		223	447	204	407
Total das despesas programa de incentivo à aposentadoria		455	911	379	757
Total das despesas com benefícios pós-emprego		3.085	6.746	5.638	9.804

Notas Explicativas



17.3 Movimentações do passivo registrado

Nota	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Saldo no início do período	104.007	110.690
Despesa do período com previdência privada	29 4.184	11.557
Despesa do período com Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA)	911	—
Ajuste de avaliação atuarial (remensurações)	—	(10.199)
Pagamentos de contribuições	(4.683)	(8.041)
Saldo no final do período	104.419	104.007

18. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

18.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Trabalhista (a)	4.950	4.010	2.860	2.668
Meio ambiente (b)	2.465	2.472	—	—
Regulatório (c)	57.451	56.874	—	—
Fiscal (d)				
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	6.743	6.637	—	—
PIS/Cofins sobre receitas financeiras (d.2)	4.674	4.313	3.205	2.985
Cível (e)	8.625	—	—	—
Total	84.908	74.306	6.065	5.653
Circulante	10.398	9.324		
Não Circulante	74.510	64.982		
Total	84.908	74.306		

As cauções e depósitos vinculados totalizam R\$ 10.815 em 30 de junho de 2024 (R\$ 10.093 em 31 de dezembro de 2023), e estão demonstrados a seguir de acordo com a classificação de probabilidade de perda dos processos aos quais estão vinculados:

	Consolidado							
	30/06/2024				31/12/2023			
	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total
Trabalhista	2.860	243	150	3.253	2.668	138	148	2.954
Fiscal	3.205	—	—	3.205	2.985	—	—	2.985
Cível	—	368	—	368	—	367	—	367
Imobiliárias	—	3.989	—	3.989	—	3.787	—	3.787
	6.065	4.600	150	10.815	5.653	4.292	148	10.093

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

Notas Explicativas



	Consolidado					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.010	2.472	56.874	10.950	—	74.306
Provisão	774	—	—	155	8.625	9.554
Reversão de provisão	—	(7)	—	—	—	(7)
Atualização monetária (nota 28)	167	—	577	312	—	1.056
Pagamentos	(1)	—	—	—	—	(1)
Saldos em 30 de junho de 2024	4.950	2.465	57.451	11.417	8.625	84.908

- (a) **Trabalhistas:** Existem 128 processos (102 em 31 de dezembro de 2023) de ações de empregados e ex-empregados próprios e terceirizados pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. São considerados como perda provável 17 processos (14 em 31 de dezembro de 2023). Em 30 de junho de 2024, o valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia de R\$4.950 (R\$4.010 em 31 de dezembro de 2023).

A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os processos serão finalizados entre 2025 e 2026.

- (b) **Meio ambiente:** Existem 88 processos (89 em 31 de dezembro de 2023) de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a controlada direta AES Operações no polo passivo. Os consultores jurídicos e a Administração da controlada direta AES Operações avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 76 demandas (77 em 31 de dezembro de 2023), já que as demais ações tiveram julgamentos favoráveis à controlada direta AES Operações e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$2.465 (R\$ 2.472 em 31 de dezembro de 2023).

A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão finalizados entre 2025 e 2026.

- (c) **Regulatório:** Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a controlada direta AES Operações como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a controlada direta AES Operações teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a RGE Sul (anteriormente AES Sul), principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288 (pois passou de credora a devedora do mercado), ingressou com ação judicial buscando a anulação do referido despacho, bem como decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à RGE Sul. Assim, a CCEE (sucessora do MAE) elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a controlada direta AES Operações restou devedora do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação da RGE Sul foi julgada improcedente em 1ª instância. Em decorrência, a RGE Sul interpôs o recurso de apelação. Em 27 de março de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que julgou procedente a ação, determinando a anulação do Despacho ANEEL nº 288. Em face desta decisão, foram apresentados recursos pelos demais agentes do mercado e pela ANEEL. Ainda, a controlada direta AES Operações apresentou embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada nova decisão de 2ª. instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela controlada direta AES Operações, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam

Notas Explicativas



julgamento. O montante provisionado atualizado pelo IGPM até 30 de junho de 2024 corresponde a R\$57.451 (R\$56.874 em 31 de dezembro de 2023).

A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2025.

(d) Fiscal:

(d.1) Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a controlada direta AES Operações foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Os consultores jurídicos e a Administração da controlada direta AES Operações avaliaram que de um total de R\$93.764, (R\$92.248 em 31 de dezembro de 2023) envolvidos na discussão, R\$6.743 (R\$6.637 em 31 de dezembro de 2023) são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2026. O detalhamento da redução do total do débito envolvido está descrito nos itens d.1 (i) e (ii) das causas possíveis.

(d.2) Mandado de Segurança ajuizado para assegurar que a controlada direta AES Operações não seja compelida ao recolhimento, no período de 02 de janeiro de 2023 a 02 de abril de 2023 (inclusive), PIS e COFINS, às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, de modo a se submeterem, neste período, às alíquotas de 0,33% e 2%, tal como previsto no Decreto nº 11.322/2022, em razão do respeito à anterioridade nonagesimal do art. 195, § 6º da CF/88. Em 10 de fevereiro de 2023, foi proferida decisão deferindo a liminar. Em 04 de setembro de 2023, foi proferida decisão de primeira instância que julgou improcedente o pedido diante do ADC84 do STF, que, em sede de medida cautelar, definiu que não se aplicaria o princípio da anterioridade nonagesimal. Interposto recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Destaque-se que a empresa realizou os depósitos judiciais relativos a diferenças de alíquotas discutidas neste caso, no valor de R\$ 3.205.

(e) Cível:

(e.1) Em 13 de março de 2013, foi movida ação judicial contra a controlada direta AES Operações, visando a cobrança de valores supostamente devidos em razão da rescisão de contratos de reflorestamento celebrados entre a Dicrel - Dois Irmãos Comércio e Reflorestamento Ltda. e a controlada direta AES Operações, na medida que a Autora entende não ter incorrido nas hipóteses de rescisão unilateral dos contratos e, portanto, ser credora de valores residuais.

Em abril de 2013, a controlada direta AES Operações apresentou contestação. Em virtude de tratar-se de matéria de prova, o juiz de 1ª instância determinou a realização de perícias (ambiental e contábil), com o fim de identificar a veracidade dos fatos alegados na inicial. Em abril de 2024, foi proferida sentença parcialmente favorável à AES Operações. Em face da parcela desfavorável da sentença, foram opostos embargos de declaração, os quais aguardam julgamento. O prognóstico desse caso era tratado como possível até maio de 2024. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada direta AES Operações terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$8.625, atualizado até 30 de junho de 2024 (R\$14.146 em 31 de dezembro de 2023).

18.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A controlada direta AES Operações e suas subsidiárias estão envolvidas em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da controlada direta AES Operações e suas controladas. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

Notas Explicativas



	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Meio ambiente (a)	Não determinado	Não determinado
Cível (b)	95.152	106.391
Regulatório (c)	31.672	46.677
Fiscal (d)	1.527.279	1.506.809
Total	1.654.103	1.659.877

A seguir, a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

- (a) Meio ambiente - Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas à suspensão do processo de licenciamento ambiental da controlada direta AES Operações, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de (a.1) Bariri, (a.2) Barra Bonita e (a.3) Nova Avanhandava, e possuem valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro. Abaixo, segue detalhamento das referidas ações.
- (a.1) Em janeiro de 2007, foi deferida liminar para determinar que a controlada direta AES Operações se abstenha de conceder, a título oneroso ou gratuito, o uso das faixas de terras inseridas em área de preservação permanente. Em agosto de 2007, as partes acordaram pela suspensão do processo, para que a controlada direta AES Operações apresente PACUERA (Plano Ambiental de Conservação de Uso do Entorno do Reservatório Artificial). Em agosto de 2008, a controlada direta AES Operações informou quanto a necessidade da CETESB apresentar diretrizes (Termo de Referência) para o respectivo PACUERA, tendo sido proferida decisão para suspender o processo até que a CETESB apresente as referidas diretrizes.
- (a.2) Com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a controlada direta AES Operações foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a controlada direta AES Operações apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da controlada direta AES Operações avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reflorestamento apresentado na CETESB pela controlada direta AES Operações. O processo foi então remetido ao Tribunal de Justiça. Em agosto de 2019, foi proferida decisão de 2ª instância parcialmente favorável, reconhecendo a necessidade de aplicação do Novo Código Florestal para delimitação da Área de Preservação Permanente (APP) do entorno do reservatório para fins de recomposição ambiental, ficando mantida a condenação para recomposição de mata ciliar na área de APP. Em face da parcela desfavorável da decisão, a controlada direta AES Operações interpôs recursos, os quais encontram-se pendentes de decisão definitiva. Além disso, existe um projeto em andamento junto a área ambiental para assegurar que 100% do reflorestamento tenha sido cumprido até o trânsito em julgado da decisão.
- (a.3) Com relação à ação do Reservatório de Nova Avanhandava, após decisão que julgou improcedente a ação em 1ª instância, em outubro de 2009, o Tribunal decidiu por anular a decisão de 1ª instância, determinando a realização de perícia, a fim de verificar se houve dano/impacto ambiental que não estivesse compensado pelo licenciamento ambiental. Após as apresentações dos recursos cabíveis, em julho de 2017, a referida decisão transitou em julgado, razão pela qual o processo retornou para a 1ª instância para a realização de perícia.

Além disso, a controlada direta AES Operações possui 1 ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público contra o Estado de São Paulo, CETESB e a controlada direta AES Operações, com o objetivo de impedir a proliferação de Algas Cianofíceas no Rio Tietê. Da controlada direta AES Operações, o Ministério Público requer: (a) plano de contingência para o controle e redução das algas nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita sempre que atingirem níveis que

Notas Explicativas



coloquem em risco a saúde humana; (b) monitoramento do Rio Tietê com coletas mensais, informando os resultados à CETESB; (c) reflorestamento de toda a margem dos reservatórios que opera, localizados no Rio Tietê; e (d) pagamento de indenização pelos danos eventualmente considerados irreversíveis causados ao meio ambiente, a serem apurados em liquidação de sentença. Em 03 de setembro de 2018, foi concedida liminar aos pedidos do Ministério Público, a qual determina à controlada direta AES Operações: (i) Estabelecer, em conjunto com o Estado e a CETESB, plano de contingência para o controle e redução das cianobactérias nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita; (ii) Iniciar monitoramento do Rio Tietê, com coletas mensais, devendo informar os resultados à CETESB com a mesma periodicidade e ainda disponibilizar os dados obtidos nesse monitoramento em seu site na internet; e (iii) Apresentar, no prazo máximo de 6 meses, projeto de reflorestamento de toda a mata ciliar dos reservatórios que opera ao longo do Rio Tietê. A controlada direta AES Operações recorreu da decisão liminar, buscando suspender seus efeitos, e em 24 de outubro de 2018, foi publicada decisão favorável à controlada direta AES Operações no tribunal, suspendendo os efeitos da Liminar. Em março de 2019, foi proferida decisão que deu provimento ao recurso apresentado pela controlada direta AES Operações e, consequentemente, revogou a liminar que determinava uma série de obrigações para a mesma. Em agosto de 2023, foi proferida sentença julgando procedente a ação, ficando a controlada direta AES Operações condenada a (i) apresentar e implementar projeto de reflorestamento da mata ciliar do reservatório; (ii) realizar o monitoramento da qualidade da água do reservatório; e (iii) estabelecer, junto com o órgão ambiental CETESB, plano de contingência para controle e redução das cianobactérias no reservatório. A controlada AES Operações apresentou embargos de declaração, que foram negados. Em face desta decisão, a controlada AES Operações interpôs o recurso de apelação, o qual foi recebido no efeito suspensivo e, portanto, suspendeu as obrigações determinadas na decisão de primeira instância. No momento, aguarda-se julgamento do recurso de apelação.

(b) Cível:

- (b.1) Processo ANEEL: Refere-se ação judicial proposta pelas SPE's do Complexo Eólico Ventus, visando a anulação dos efeitos do Despacho da ANEEL nº 1.388/2014, especificamente em relação ao trecho que estipula, em caráter retroativo, o início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Esta alteração retroativa acarretou na recontabilização da energia faturada pelas empresas, entre fevereiro e maio de 2014, no âmbito do respectivo CER, resultando em um saldo no valor de R\$ 81.617, atualizado até 30 de junho de 2024 (R\$79.615 em 31 de dezembro de 2023), em favor da CCEE, que equivale à diferença entre o valor da energia previsto no CERs e o valor da energia no PLD à época. Inicialmente foi deferida liminar para suspender os efeitos do despacho em questão. Posteriormente, foi proferida sentença de primeira instância desfavorável aos interesses das SPE's do Complexo Eólico Ventus. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação e requerido o efeito suspensivo ao referido recurso. Foi concedido efeito suspensivo ativo para suspender a parte do referido despacho quanto ao efeito retroativo do início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Atualmente, aguarda-se julgamento da apelação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a responsabilidade pelo pagamento da condenação será da J. Malucelli Energia S.A, conforme estabelecido no contrato de compra e venda.

(c) Regulatório:

- (c.1) Perda no repasse de energia de Itaipu: Trata-se de discussão sobre a obrigatoriedade da controlada direta AES Operações de adquirir a energia de Itaipu na qualidade de quotista cogente. Em 17 de agosto de 2007, foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela controlada direta AES Operações. Em 17 de outubro de 2007, foi interposta apelação pela Eletrobras e, em 26 de novembro de 2007, foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a controlada direta AES Operações aguarda julgamento dos recursos de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em 30 de junho de 2024, o montante em discussão totaliza a importância de R\$ 31.672 (R\$46.677 em 31 de dezembro de 2023).

(d) Fiscal:

- (d.1) Compensações de IRPJ e CSLL: Referem-se às intimações da Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas de IRPJ e CSLL, conforme mencionado no item

Notas Explicativas

(d.1) da nota explicativa nº 18.1 sendo estimado como perda possível R\$ 87.021 de um total de R\$ 93.764 (R\$ 85.611 de um total de R\$ 92.248 em 31 de dezembro de 2023), conforme abaixo:

- i. Compensação administrativa relativa a débitos de CSLL do ano calendário 2003, no montante total de R\$25.120 atualizado até 30 de junho de 2024 (R\$ 24.729 em 31 de dezembro de 2023). Em 19 de abril de 2017, a controlada direta AES Operações foi intimada de decisão de 2ª instância administrativa desfavorável aos seus interesses. Em 27 de abril de 2017, a controlada direta AES Operações interpôs recurso especial, ao qual foi dado parcial provimento para determinar o retorno dos autos à origem para que seja proferido despacho complementar acerca do saldo negativo de CSLL apurado em 2002. Tal despacho, de maio de 2023, reconheceu a parcela de crédito de saldo negativo e resultou em cancelamento parcial do débito. Assim, do montante total cobrado pelo Fisco (R\$47.201), a importância de R\$22.861 foi definitivamente cancelada. Em face da parcela desfavorável, em abril de 2023, foi apresentado nova manifestação de inconformidade, a qual foi julgada parcialmente procedente. Em face desta decisão, a controlada direta AES Operações interpôs Recurso Voluntário, o qual encontra-se pendente de julgamento. Com base na opinião dos assessores jurídicos, estima o processo será concluído durante o ano de 2025.
 - ii. Compensação administrativa relativa a débitos de IRPJ do ano calendário 2003, no montante total de R\$25.684 atualizado até 30 de junho de 2024 (R\$25.266 em 31 de dezembro de 2023). Em dezembro de 2021, foi proferida decisão parcialmente favorável em segunda instância administrativa. Em face desta decisão, ambas as partes interpuseram recurso especial. Em junho de 2023, tornou-se definitiva a parcela da decisão que reduziu parcialmente o débito em questão. Assim, do montante total cobrado pelo Fisco (R\$54.450), a importância de R\$ 26.244 foi definitivamente cancelada. Em abril de 2024, encerrou-se a discussão na esfera administrativa. A controlada direta AES Operações oportunamente ingressará com ação anulatória para discussão da parcela remanescente na esfera judicial. Com base na opinião dos assessores jurídicos, estima-se que o processo será concluído durante o ano de 2028.
 - iii. Compensação administrativa relativa a débitos de IRPJ do ano calendário 2004, no montante total de R\$30.351 atualizado até 30 de junho de 2024 (R\$ 29.865 em 31 de dezembro de 2023). Aguarda-se julgamento em segunda instância administrativa. Com base na opinião dos assessores jurídicos, estima o processo será concluído durante o ano de 2025.
 - iv. Compensação administrativa relativa a débitos de CSLL e IRPJ do ano calendário 2005, no montante total de R\$12.609 atualizado até 30 de junho de 2024 (R\$ 12.388 em 31 de dezembro de 2023). Aguarda-se julgamento em segunda instância administrativa. Com base na opinião dos assessores jurídicos, estima o processo será concluído durante o ano de 2025.
- (d.2) Auto de infração – ágio (2006 a 2008): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 187.426 atualizado até 30 de junho de 2024 (R\$183.222 em 31 de dezembro de 2023). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda e Tietê Participações Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da AES Operações de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à controlada direta AES Operações. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações. Segundo o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para 75%. Em agosto de 2016, a controlada direta AES Operações recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto a fundamentação legal da decisão, a controlada direta AES Operações opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a controlada direta AES Operações recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial. Em outubro de 2017, foi proferida decisão desfavorável aos

Notas Explicativas

interesses da controlada direta AES Operações pela Câmara Superior do CARF. Desta forma, encerraram-se as possibilidades de recursos na esfera administrativa. Em janeiro de 2018, a controlada direta AES Operações ingressou com medida judicial para discutir o débito em questão. Ainda, com o intuito de suspender a exigibilidade do débito, foi apresentado seguro garantia e obtida decisão liminar para garantir a suspensão do débito. Atualmente, aguarda-se o julgamento de mérito em 1ª instância. Em maio de 2018, a controlada direta AES Operações opôs embargos à execução fiscal. Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou os embargos à execução extintos sem a análise do mérito. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação. Em 03 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de apelação interposto pela controlada direta AES Operações em face da decisão que julgou extintos os embargos à execução fiscal sem a análise do mérito. Em decorrência, a controlada direta AES Operações opôs embargos de declaração. Em fevereiro de 2021, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pela controlada direta AES Operações. Em decorrência, foram interpostos os recursos especial e extraordinário, os quais encontram-se pendentes de julgamento. Em relação ao mérito e andamento da ação anulatória, em maio de 2024 foi proferida sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados pela controlada direta AES Operações e, em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Atualmente, aguarda-se julgamento. Em que pese o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.

- (d.3) Auto de Infração IRPJ – Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de IRPJ referente as estimativas mensais de dezembro de 2004 e dezembro de 2007, acrescidos de multa isolada e de ofício. Com o encerramento da discussão administrativa de modo parcialmente favorável à controlada direta AES Operações, em março de 2018, os valores relativos às estimativas de IRPJ e multa de mora referentes a dezembro de 2004 (R\$ 17.819) foram submetidos à discussão em sede de execução fiscal e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos à execução. Para a parcela relativa à multa isolada sobre as estimativas de dezembro de 2007 (R\$ 1.767), cuja discussão administrativa teve encerramento de modo desfavorável em abril de 2024, a controlada direta AES Operações apresentou seguro garantia e, em junho de 2024, opôs embargos à execução fiscal, os quais também aguardam julgamento. O valor atualizado do caso para 30 de junho de 2024 é de R\$19.587 (R\$19.203 em 31 de dezembro de 2023).
- (d.4) Auto de infração – ágio (2013/2016): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 417.542 atualizado até 30 de junho de 2024. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela controlada direta AES Operações (ocorrida entre 2013 a 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2016. Após a análise do auto de infração, foi verificado que a parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração R\$ 417.542, R\$ 119.450 seriam de responsabilidade da entidade sob controle comum Brasileira Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia, e R\$ 298.093 atribuíveis à controlada direta AES Operações. Em relação à parcela de responsabilidade da Brasileira Participações, a controlada direta AES Operações notificou o BNDES e Brasileira Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a controlada direta AES Operações, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável aos interesses da controlada direta AES Operações. A decisão em questão exonerou o montante de R\$ 60.310 (atualizados até 31 de outubro de 2020). A controlada direta AES Operações interpôs recurso voluntário em face da parcela que lhe foi desfavorável, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à controlada direta AES Operações, a Brasileira Participações terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade (vide nota 29.2). Segundo os assessores legais da controlada direta AES Operações, o prognóstico de perda permanece classificado como possível.
- (d.5) Auto de infração – ágio (2013/2015): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de

Notas Explicativas

R\$ 133.302 atualizado até 30 de junho de 2024 (R\$128.705 em 31 de dezembro de 2023). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela controlada direta AES Operações, ocorrida entre 2013 e 2015, em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2015. Em 03 de dezembro de 2019, a controlada direta AES Operações, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações. Em face desta decisão, a controlada direta AES Operações interpôs recurso voluntário, o qual encontra-se pendente de julgamento.

- (d.6) Execução Fiscal – PIS/COFINS (Saldo Remanescente 2007/2010): Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de supostos saldos remanescentes de PIS e COFINS relativos ao ano calendário de 2007 a 2010. Os referidos saldos são oriundos de processo administrativo em que a controlada direta AES Operações discutia questões relativas ao regime de tributação de PIS e COFINS, cujo prognóstico era remoto. Neste caso, o processo encerrou-se, no mérito, de forma favorável à controlada direta AES Operações e o sistema da Receita Federal apontou a existência dos referidos saldos remanescentes, em virtude da glosa de créditos supostamente aproveitados de forma indevida. Em fevereiro de 2020, a controlada direta AES Operações opôs embargos à execução fiscal, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor atualizado do caso para 30 de junho de 2024 é de R\$10.453 (R\$10.205 em 31 de dezembro de 2023).
- (d.7) Execução Fiscal Iturama: Refere-se à execução fiscal ajuizada pela Prefeitura de Iturama, a qual objetiva a cobrança de pretensos débitos de Imposto sobre Serviços ("ISS") sobre serviços realizados na Usina Água Vermelha, localizada no Município de Ouroeste/SP e cobrança de multa diária por não obtenção de alvará de localização e funcionamento no Município de Iturama. Em agosto de 2017, a controlada direta AES Operações opôs embargos à execução fiscal. Em setembro de 2019, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações. Em decorrência, a controlada direta AES Operações interpôs o recurso de apelação. Em abril de 2022, foi proferida decisão de 2ª instância que deu provimento ao recurso de apelação interposto pela controlada direta AES Operações e, consequentemente, anulou a sentença por falta de fundamentação. Tendo em vista que o Município não interpôs recurso, a decisão tornou-se definitiva. Com isso, o processo foi remetido para a primeira instância para que seja proferida nova sentença. O valor atualizado até 30 de junho de 2024 é de R\$6.890 (R\$6.492 em 31 de dezembro de 2023).
- (d.8) Auto de infração – aproveitamento de prejuízo fiscal

Em 02 de junho de 2010, a Brasileira Participações recebeu o Auto de Infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), exigindo o recolhimento de R\$ 684.742 atualizado até 30 de junho de 2024 (R\$ 670.335 em 31 de dezembro de 2023) relativos a IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL compensados com débitos tributários sem a aplicação do limite legal de 30% estabelecido na Lei 9.065/95, motivada pela incorporação da empresa AES Transgás Empreendimentos S.A. Em virtude do encerramento na esfera administrativa de modo desfavorável, a Brasileira Participações impetrou Mandado de Segurança com o intuito de continuar discutindo judicialmente a questão. Em 10 de novembro de 2016, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável à Brasileira Participações. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Em 20 de maio de 2018, a Brasileira Participações foi citada nos autos da execução fiscal que visa a cobrança os débitos em questão. Em decorrência, foi solicitada a transferência da garantia para a execução e opostos embargos à execução fiscal. Em abril de 2021, foi proferida decisão de primeira instância que rejeitou os embargos à execução, sem a análise do mérito. Em face dessa decisão a Brasileira Participações interpôs o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à controlada direta AES Operações, a Brasileira Participações terá que arcar integralmente com o pagamento dos processos. Vide nota 29.2.

Notas Explicativas



(d.9) Compensações administrativas – saldos negativos de IRPJ e CSLL

Em 11 de janeiro de 2011, a a Brasileira Participações foi intimada de Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no ano-calendário de 2006, em razão da incorporação da AES Tietê Empreendimentos, e compensados com débitos de IRPJ e CSLL. O não reconhecimento dos créditos compensados decorre do entendimento da Receita Federal de que, para os casos de aproveitamento de prejuízo fiscal, deve-se respeitar o limite legal de 30% por ano-calendário. O principal argumento sustentado pela Brasileira Participações é a ausência de vedação legal para o caso específico de incorporação, onde a sociedade incorporada se extingue no mesmo ano-calendário. Com o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável à controlada direta AES Operações, em janeiro de 2019 foi distribuída ação judicial para apresentar seguro garantia, para fins de suspensão da exigibilidade do débito. Em virtude do ajuizamento de execução para cobrança dos valores, a Brasileira opôs embargos à execução. Em 10 de julho de 2020, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou improcedentes os embargos à execução opostos pela Brasileira Participações. Em face da referida decisão, a Brasileira interpôs recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. O valor atualizado até 30 de junho de 2024 é R\$ 89.281. Caso sobrevenha decisão desfavorável à controlada direta AES Operações, a Brasileira Participações terá que arcar integralmente com o pagamento dos processos. Vide nota 29.2.

(d.10) Compensações administrativas – créditos de IRRF

Em junho de 2010, a Receita Federal não reconheceu os créditos de IRRF, existentes em função da distribuição de JCP realizada por sua antiga controlada indireta Eletropaulo. A discussão administrativa encerrou-se de modo o favorável a Brasileira Participações. No entanto, foi emitida carta cobrança informando a existência de suposto saldo em aberto no valor de R\$ 5.058, atualizados até 30 de junho de 2024. Em decorrência, a Brasileira Participações impetrou Mandado de Segurança para discutir a legalidade da cobrança em questão. Em virtude do ajuizamento de execução para cobrança dos valores, a Brasileira opôs embargos à execução, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O processo aguarda julgamento em 1ª instância. Caso sobrevenha decisão desfavorável à controlada direta AES Operações, a Brasileira Participações terá que arcar integralmente com o pagamento dos processos. Vide nota 29.2.

18.3 Cartas de fiança, seguro garantia e caução

A Companhia e suas controladas possuem cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais, conforme abaixo:

		Consolidado					
		30/06/2024			31/12/2023		
		Quantidade	Valor	Taxa a.a.	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal		15	233.537	0,15% a 1,20%	15	216.163	0,15% a 1,30%
Cível		8	75.916	0,15% a 1,00%	8	84.271	0,15% a 1,00%
		23	309.453		23	300.434	

Notas Explicativas

**19. ENCARGOS SETORIAIS**

Os saldos referem-se a encargos setoriais relacionados ao setor de energia, que são definidos e cobrados pela agência reguladora (ANEEL).

	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	7.311	13.632
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	6.184	5.296
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	748	814
Ministério de minas e energia	374	407
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	225	244
Taxa de fiscalização ANEEL	1.369	1.258
Total	16.211	21.651

20. OBRIGAÇÕES DE AQUISIÇÕES

a) A composição das obrigações de aquisições é a seguinte:

CIRCULANTE	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Complexo Eólico Cajuína Santa Tereza	—	40.143
Complexo Eólico Cajuína São Ricardo	96.599	91.847
Total	96.599	131.990

b) Movimentação das obrigações de aquisições

A movimentação das obrigações de aquisição no período findo em 30 de junho de 2024 é como segue:

	Consolidado			
	Complexo Eólico Cajuína Santa Tereza	Complexo Eólico Alto Sertão II	Complexo Eólico São Ricardo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	40.143	—	91.847	131.990
Atualização monetária	1.667	—	4.752	6.419
Adição (i)	—	22.186	—	22.186
Pagamentos	(41.810)	(22.186)	—	(63.996)
Saldos em 30 de junho de 2024	—	—	96.599	96.599

(i) Refere-se ao ajuste de preço a pagar pela controlada direta AES Operações, em decorrência do *Earn-out* e de outras obrigações previstas no contrato de compra e venda do Complexo Eólico Alto Sertão II, firmado com a Renova Energia S.A. em 03 de agosto de 2017. A contrapartida foi registrada na rubrica de Outras (despesas) receitas operacionais (nota 27).

Notas Explicativas



21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Participação nos lucros e resultados		3.043	1.614	20.672	21.670
Férias		—	—	17.070	16.739
Encargos sociais sobre férias e gratificações		—	—	7.742	6.108
Meio ambiente		—	—	1.284	1.282
Folha de pagamento		8	8	4.471	421
Imposto de renda sobre folha de pagamento		156	174	1.732	3.170
Adiantamento de clientes		—	—	3.838	3.955
Centralização de estoque	29	—	—	279	18
Demais obrigações		322	424	6.028	18.204
Subtotal		3.529	2.220	63.116	71.567
NÃO CIRCULANTE					
		Controladora		Consolidado	
		30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Provisões para desmobilização (iii)		—	—	81.892	74.698
Meio ambiente		—	—	47.728	23.268
Obrigações especiais		—	—	523	693
Opção de recompra de participação acionária (i)		—	—	16.431	15.440
Retenções contratuais (ii)		—	—	951	2.857
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)		—	—	4.599	2.917
Demais obrigações		504	138	11.922	12.884
Subtotal		504	138	164.046	132.757
Total		4.033	2.358	227.162	204.324

(i) O montante de R\$16.431 refere-se ao valor presente da opção de venda de participação acionária, prevista em cláusula contratual firmado entre a controlada direta Tucano Holding I e a BRF S.A. ("BRF"), em 14 de março de 2022, cujo exercício por parte da BRF, em algumas situações, está fora do controle da Companhia.

O valor presente da obrigação contratual foi registrado como outras obrigações. A diferença entre o valor futuro do desembolso e a obrigação foi registrada como ajuste de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes.

(ii) refere-se à retenção de 10% sobre as parcelas faturadas de determinados contratos de fornecedores. Essa retenção representa uma garantia da empresa e será paga no término da obra.

(iii) A movimentação da provisão para desmobilização é como segue:

	Movimentação Consolidada
Saldos em 31 de dezembro de 2023	74.698
Adições	2.575
Atualização	4.619
Saldos em 30 de junho de 2024	81.892

Notas Explicativas



22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social autorizado é de R\$4.600.000 totalmente composto por ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal (R\$4.600.000 em 31 de dezembro de 2023).

O capital subscrito da Companhia em 30 de junho de 2024 é de R\$2.196.958 (R\$2.196.958 em 31 de dezembro de 2023), representado em 601.927.311 (601.927.311 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias, nominativas e escriturais.

A seguir está apresentada a composição acionária em unidades de ações da Companhia:

	30/06/2024		31/12/2023	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil S.A.	284.823.374	47,32	174.810.572	29,04
AES Holdings Brasil II S.A.	—	—	110.012.802	18,28
BNDESPar	42.030.280	6,98	42.030.280	6,98
Vinland Capital Management Gestora de Recursos Ltda.	31.254.170	5,19	—	—
Luiz Barsi Filho	—	—	30.190.000	5,02
Ações em Tesouraria	2.105	—	2.105	—
Outros	243.817.382	40,51	244.881.552	40,68
Total das ações	601.927.311	100,00	601.927.311	100,00

Conforme ata de reunião de sócios, ocorrida em 16 de maio de 2024, foi aprovado a incorporação da AES Holdings Brasil II S.A. pela acionista AES Holdings Brasil S.A., transferindo as ações da Companhia para a AES Holdings Brasil S.A.

Adicionalmente, de acordo com comunicado ao mercado divulgado em 04 de junho de 2024, a Vinland Capital Management Gestora de Recursos Ltda passou a deter 31.254.170 ações, equivalente a 5,19% do total de ações da Companhia.

Na tabela acima apresentamos as participações acionárias relevantes diretas ou indiretas acima de 5% do capital social da Companhia, conforme o artigo 12 da Resolução CVM nº 44/2021.

Notas Explicativas



22.1 Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

	Controladora	
	30/06/2024	31/12/2023
Reservas de capital:		
Incorporação de ações da AES Tietê Energia	377.602	377.602
Aumento de capital - oferta privada de ações	967.678	967.678
Capitalização parcial da Reserva Especial de ágio de Controlada (i)	(30.957)	(30.957)
Ações e opções de ações outorgadas (ii)	1.433	1.231
Custo na emissão de ações	(18.230)	(18.230)
Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	(38.375)	(38.375)
Subtotal	1.259.151	1.258.949
Outros resultados abrangentes:		
Incorporação de ações da AES Tietê Energia	(119.824)	(119.824)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	(172.319)	(147.636)
Remensurações das obrigações com benefícios pós-emprego	30.519	30.519
Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	(15.404)	(3.596)
Hedge de fluxo de caixa	(2.488)	(4.098)
Opção de recompra de participação acionária	75.662	76.653
Subtotal	(203.854)	(167.982)
Reservas de lucro:		
Reserva de investimentos	985.059	985.059
Reserva legal	40.283	40.283
Reserva estatutária	131.966	131.966
Reserva de lucros a realizar	73.749	73.749
Subtotal	1.231.057	1.231.057
Total	2.286.354	2.322.024

- (i) A Companhia aumentou seu capital mediante aporte realizado pela controladora direta AES Holdings Brasil Ltda., de ações ordinárias emitidas pela controlada direta AES Operações. As ações aportadas são provenientes do direito de capitalização da reserva especial de ágio que a AES Operações possui, no montante de R\$97.652 (R\$97.652 em 31 de dezembro de 2023), que será capitalizada em favor da AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR. Será garantido aos demais acionistas da Companhia a participação nesse aumento de capital pelo direito de preferência, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.
- (ii) É composta por outorga de ações e opções de compra de ações da *The AES Corporation* aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da *The AES Corporation* após o aporte de recursos através da entrega das ações aos colaboradores da Companhia, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

22.2 Participação de acionistas não controladores

O saldo em 30 de junho de 2024 de R\$1.047.578 (R\$1.060.456 em 31 de dezembro de 2023) é composto principalmente pelas controladas indiretas:

- Guaimbê Holding, sendo o acionista não controlador o Itaú Unibanco S.A., com participação de 23,41% representada por ações preferenciais no montante de R\$1.037.145 (R\$1.038.305 em 31 de dezembro de 2023);

A Companhia possui um acordo de investimento firmado com o Itaú Unibanco S.A., por meio do qual o Itaú subscreveu novas ações preferenciais, emitidas pela controlada indireta Guaimbê Holding, detentora de ativos em operação de geração de energia eólica e solar.

Esta classe de ação preferencial possui direito a 75% do Lucro Líquido da Guaimbê Holding, distribuído via dividendos, sendo que o percentual econômico utilizado para fins de equivalência patrimonial da investida pela Controladora é de 25%.

Assim sendo, há distinção entre a participação societária e a participação na distribuição do resultado devido a existência de classe de ações com direito preferencial de dividendos detidas pelo acionista não controlador. De acordo com o Acordo de Acionistas, qualquer

Notas Explicativas



pagamento de dividendos aos acionistas são discricionários e somente ocorrem quando há deliberação em AGO/AGE.

- Veleiros Holdings, sendo o acionista não controlador Unipar Indupa do Brasil S.A., com a participação de 49,50%, no montante de R\$20.414 (R\$23.539 em 31 de dezembro de 2023); e

Há distinção entre a participação societária e a participação na distribuição do resultado devido a existência de classe de ações com direito preferencial de dividendos detidas pela controlada direta AES Tucano Holding I S.A.

Esta classe de ação preferencial possui direito a 90% do Lucro Líquido da Veleiros Holdings, distribuído via dividendos, sendo que o percentual econômico utilizado para fins de equivalência patrimonial da investida pela Controladora é de 90%.

- Potengi Holdings, sendo o acionista não controlador BRF S.A., com a participação de 50%, no montante de R\$9.981 (R\$1.388 em 31 de dezembro de 2023).

Há distinção entre a participação societária e a participação na distribuição do resultado devido a existência de classe de ações com direito preferencial de dividendos detidas pela controlada direta AES Tucano Holding I S.A.

Estas classes de ações preferenciais possuem direito a 78% do Lucro Líquido da Potengi Holdings, distribuído via dividendos, sendo que o percentual econômico utilizado para fins de equivalência patrimonial da investida pela Controladora é de 78%.

Dividendos

O saldo de dividendos mínimos obrigatórios em 30 de junho de 2024 no montante de R\$110 é composto pela controlada indireta Veleiros Holding, conforme a constituição de dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício de 2023, no montante total de R\$ 1.101 dos quais foram distribuídos R\$ 991 a controlada direta AES Tucano Holding I S.A. e R\$ 110 ao acionista não controlador.

De acordo com ata de Assembleia Geral Extraordinária, da controlada indireta Guaimbê Holding, de 19 de abril de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, no montante total de R\$ 49.489 dos quais foram distribuídos R\$ 12.372 a controlada direta AES Operações e R\$ 37.117 ao acionista não controlador. Nesta data, também foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante total de R\$ 13.373 dos quais foram distribuídos R\$ 3.343 a controlada direta AES Operações e R\$ 10.029 ao acionista não controlador.

23. RESULTADO POR AÇÃO

23.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico

	Controladora			
	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
Numerador:				
Resultado Líquido do período	(138.974)	(245.280)	8.150	22.084
Denominador (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias	601.927	601.927	601.927	601.927
Resultado básico por ação (R\$ por ação)	(0,23088)	(0,40749)	0,01354	0,03669

23.2 Demonstração do cálculo do resultado por ação - diluído

A controlada direta AES Operações possui uma reserva especial de ágio no montante de R\$97.652 (R\$97.652 em 31 de dezembro de 2023), que poderá ser capitalizada em favor de sua Controladora direta AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR. Será garantido aos demais acionistas da Companhia a participação nesse aumento de capital pelo direito de preferência, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

Notas Explicativas



As potenciais ações da Companhia a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio são consideradas diluidoras para o cálculo do resultado por ação diluído da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas.

Caso a reserva fosse capitalizada em favor dos acionistas AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR com emissão de 100% das ações e nenhum acionista minoritário exercesse seu direito de participar do aumento de capital, o percentual dos demais acionistas da Companhia reduziria de 45,70% para 44,86% em 30 de junho de 2024, considerando os preços das ações nesta mesma data.

	Controladora			
	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
Numerador:				
Resultado Líquido do período	(138.974)	(245.280)	8.150	22.084
Denominador incluindo ações a serem subscritas com a totalidade da reserva de ágio (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias	601.927	601.927	601.927	601.927
Número de ações potenciais (i)	11.291	11.291	10.499	10.499
Número de ações ordinárias - diluído	613.218	613.218	612.426	612.426
Resultado diluído por ação (R\$ por ação)	(0,22663)	(0,39999)	0,01331	0,03606

(i) Considerando as ações a serem emitidas proporcionalmente às existentes em uma possível realização integral da reserva de ágio ao preço de mercado das ações em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado							
	01/04/2024 a 30/06/2024		01/01/2024 a 30/06/2024		01/04/2023 a 30/06/2023		01/01/2023 a 30/06/2023	
	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$
Contratos bilaterais (ii)	3.509.803	662.800	7.201.245	1.346.642	2.847.665	580.125	5.765.241	1.215.060
Mercado de curto prazo								
MRE	—	—	18.177	(356)	688.335	8.984	1.342.775	18.537
SPOT	91.997	5.619	107.101	6.539	30.558	2.610	85.729	6.355
Outros	—	1.184	—	4.825	—	13.446	—	17.638
Contratos de energia eólicos	773.191	241.756	1.634.595	406.632	895.383	208.658	1.434.953	366.036
Contratos de energia solares	115.952	39.812	274.012	93.105	134.213	41.253	276.491	90.876
Contratos de comercialização energia (iii)	817.099	62.601	1.846.668	137.564	313.848	28.658	809.770	74.381
Partes relacionadas (nota 29)	—	840	21.360	3.894	30.557	2.640	30.557	2.640
Marcação a mercado de instrumentos financeiros (iii)	—	4.325	—	6.668	—	4.679	—	13.964
Outras receitas	—	7.278	—	14.514	—	29.342	—	59.289
Receita operacional bruta	5.308.042	1.026.215	11.103.158	2.020.027	4.940.559	920.395	9.745.516	1.864.776
PIS e Cofins	—	(87.269)	—	(176.314)	—	(76.012)	—	(153.407)
CFURH	—	(10.000)	—	(25.045)	—	(15.208)	—	(35.187)
ICMS e outros	—	(51.266)	—	(106.385)	—	(61.041)	—	(116.736)
Pesquisa e desenvolvimento	—	(5.828)	—	(11.826)	—	(5.157)	—	(10.206)
Receita operacional líquida	5.308.042	871.852	11.103.158	1.700.457	4.940.559	762.977	9.745.516	1.549.240

(i) Informações em MWh não revisadas pelos auditores independentes.

(ii) Compreende contratos hídricos e contratos varejistas.

(iii) Referem-se às compras e vendas de energia elétrica da controlada AES Comercializadora e à marcação a mercado dos seus contratos em aberto em 30 de junho de 2024, conforme mencionado na nota 30.1. A curva de preços de mercado é composta de informações publicadas por instituições isentas: balcão de comercialização de energia elétrica do Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia (BBCE) e a curva de preços de mercado da DCIDE.

Notas Explicativas



25. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado							
	01/04/2024 a 30/06/2024		01/01/2024 a 30/06/2024		01/04/2023 a 30/06/2023		01/01/2023 a 30/06/2023	
	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$
Custo de produção e operação de energia								
Contratos bilaterais	931.016	(161.573)	1.950.694	(328.358)	843.265	(138.887)	1.430.174	(273.264)
Contratos com partes relacionadas (nota 29)	—	(23)	—	(23)	30.557	(2.910)	30.557	(2.910)
Mercado de curto prazo								
MRE	775.785	(12.402)	1.227.153	(19.343)	—	—	4.462	141
SPOT	174.051	(11.177)	259.014	(15.673)	57.849	(6.853)	86.942	(8.860)
Outros	—	(692)	—	(1.127)	—	295	—	179
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	—	(93.150)	—	(189.533)	—	(83.952)	—	(157.565)
Taxa de fiscalização ANEEL	—	(5.843)	—	(11.634)	—	(4.553)	—	(8.926)
Contratos de comercialização energia	890.949	(69.628)	1.561.105	(121.373)	332.136	(34.686)	649.209	(67.670)
Crédito de PIS e Cofins	—	40.670	—	79.144	—	23.842	—	44.757
Outras receitas (custos) operacionais	—	—	—	(1.275)	—	107	—	107
Subtotal	2.771.801	(313.818)	4.997.966	(609.195)	1.263.807	(247.597)	2.201.344	(474.011)
Custo da operação								
Pessoal e administradores	—	(30.095)	—	(55.934)	—	(31.336)	—	(59.265)
Benefícios pós-emprego	—	(395)	—	(796)	—	(1.888)	—	(2.839)
Serviços de terceiros com partes relacionadas (nota 29)	—	(3.207)	—	(6.247)	—	1.953	—	(1.236)
Serviços de terceiros	—	(63.804)	—	(125.898)	—	(51.856)	—	(94.059)
Material	—	(11.945)	—	(22.677)	—	(9.980)	—	(27.283)
Depreciação e amortização	—	(206.840)	—	(385.431)	—	(153.666)	—	(306.968)
Seguros	—	(24.220)	—	(40.265)	—	(13.214)	—	(23.073)
Arrendamentos e aluguéis	—	(1.434)	—	(2.089)	—	(1.127)	—	(2.142)
Contribuições setoriais	—	(2.085)	—	(6.293)	—	(1.579)	—	(3.399)
Outras custos operacionais	—	(1.349)	—	(431)	—	(1.240)	—	(2.485)
Subtotal	—	(345.374)	—	(646.061)	—	(263.933)	—	(522.749)
Total	2.771.801	(659.192)	4.997.966	(1.255.256)	1.263.807	(511.530)	2.201.344	(996.760)

(i) Informações em MWh não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

**26. GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	Controladora			
	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
Pessoal e administradores	(4.486)	(9.731)	(3.928)	(8.955)
Benefícios pós-emprego	(1)	(140)	5	(3)
Serviços de terceiros	(4.117)	(5.900)	(1.011)	(3.162)
Material	(130)	(149)	(18)	(36)
Seguros	(45)	(76)	(25)	15
Arrendamentos e aluguéis	1	—	(1)	(11)
Depreciação e amortização	(332)	(668)	(327)	(671)
Total	(9.110)	(16.664)	(5.305)	(12.823)

	Consolidado			
	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
Pessoal e administradores	(29.578)	(64.850)	(29.377)	(56.684)
Benefícios pós-emprego	(375)	(1.319)	(1.129)	(1.638)
Serviços de terceiros com partes relacionadas (nota 29)	(4.619)	(8.998)	(9.370)	(13.963)
Serviços de terceiros	(14.810)	(28.417)	(13.275)	(27.816)
Material	(411)	(1.707)	(897)	(1.431)
Seguros	557	527	(155)	(968)
Arrendamentos e aluguéis	(172)	(797)	(54)	(31)
Depreciação e amortização	(1.175)	(1.975)	108	(2.360)
Total	(50.583)	(107.536)	(54.149)	(104.891)

27. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora			
	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
Taxas e associações	(1)	(233)	(1)	(91)
Outros	(101)	(108)	(250)	(250)
Total	(102)	(341)	(251)	(341)

	Consolidado			
	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
Ajuste de preço do Complexo Eólico Alto Sertão (nota 20)	—	(22.186)	—	—
Indenização de sinistro (i)	—	9.856	—	—
Provisão para processos judiciais e outros, líquida (ii)	(9.479)	(10.323)	76	15.042
Recebimento massa falida - Banco Santos (iii)	5.635	5.635	—	—
Contribuições setoriais	(21)	(314)	(849)	(960)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(24)	(98)	—	(113)
Baixa no contas a receber de venda de controlada (iv)	—	—	(210)	(23.208)
Outros	26	(1.236)	(2.367)	(1.918)
Total	(3.863)	(18.666)	(3.350)	(11.157)

(i) Em março de 2024, a Companhia recebeu uma indenização por danos materiais ocorridos em sua controlada indireta Santa Joana II.

Notas Explicativas



(ii) Em março de 2023, a controlada direta AES Operações, recebeu o montante de R\$ 13.748 relativo ao ganho em arbitragem sobre recomposição tarifária extraordinária (RTE) de energia livre.

(iii) Refere-se aos recebimentos que a controlada direta AES Operações tem direito sobre a massa falida do Banco Santos. Após a decretação da falência pelo banco, a controlada direta AES Operações foi obrigada a habilitar os valores nos autos e periodicamente recebe esses numerários.

(iv) O saldo refere-se ao impacto da reavaliação do contas a receber da venda da AES Tietê Inova para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil.

28. RESULTADO FINANCEIRO

Notas	Controladora			
	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
Receitas Financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	4.752	12.863	28.895	55.526
Atualização de créditos tributários	78	200	—	—
Rendimento de cauções e depósitos vinculados	16	33	23	23
PIS e COFINS sobre receita financeira	(225)	(609)	(1.346)	(2.583)
Outras	1	4	1	3
Outras receitas cambiais	—	—	40	60
Total	4.622	12.491	27.613	53.029
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas e amortização dos custos de transação	15.2	(35.798)	(81.516)	(52.945)
Juros de swap e impostos sobre dívida de moeda estrangeira		(12.522)	(26.129)	(15.893)
Juros sobre passivos de arrendamento	16	(22)	(50)	(76)
Atualização monetária de processos judiciais e outros		(16)	(32)	(19)
Imposto sobre operações financeiras - IOF		(6)	186	(9)
Outras		—	(222)	(3)
Variações Cambiais:				
Operações de swap		—	—	(271)
Outros		(59)	(71)	(13)
Total	(48.423)	(107.834)	(69.229)	(134.400)
Total Líquido	(43.801)	(95.343)	(41.616)	(81.371)

Notas Explicativas



Notas	Consolidado			
	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
Receitas Financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	64.706	117.773	107.331	257.836
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo	72	120	(983)	(2.503)
Atualização de créditos tributários	1.783	12.925	(5)	100
Rendimento de cauções e depósitos vinculados	7	14.055	28.957	37.533
PIS e COFINS sobre receita financeira	(2.669)	(4.856)	(6.024)	(13.777)
Outras	58	130	2.669	2.847
Variações Cambiais:				
Outras receitas cambiais - Partes relacionadas	29	(383)	(480)	56
Outras receitas cambiais		61	76	18
Total	77.683	154.466	132.019	282.395
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas e amortização dos custos de transação	15.2	(244.721)	(472.502)	(274.972)
Juros de swap e impostos sobre dívida de moeda estrangeira		(46.026)	(96.598)	(53.563)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	15.2	(55.365)	(129.689)	(40.822)
Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos	17	(2.315)	(4.631)	(2.714)
Atualização monetária de obrigações por aquisições	20	(2.942)	(6.419)	(9.558)
Juros capitalizados no imobilizado em curso (i)	11 e 31	41.147	90.159	118.359
Juros sobre passivos de arrendamento	16	(6.081)	(11.830)	(4.593)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	18.1	(640)	(1.056)	866
Despesa de subarrendamento		(424)	(854)	—
Imposto sobre operações financeiras - IOF		(6.336)	(5.375)	(3.252)
Atualização monetária de ressarcimento	8	(5.176)	(9.453)	(8.109)
Outras		(5.290)	(7.990)	3.317
Variações Cambiais:				
Operações de swap		—	—	(446)
Outros		(68)	(207)	(419)
Total	(334.237)	(656.445)	(275.906)	(571.036)
Total Líquido	(256.554)	(501.979)	(143.887)	(288.641)

(i) A redução dos juros capitalizados é decorrente, principalmente, da entrada em operação total do Complexo Eólico Cajuína 1 e da operação faseada dos Complexos Tucano e Cajuína 2.

Notas Explicativas



29. PARTES RELACIONADAS

		Controladora	
	Notas	30/06/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo circulante			
Outros ativos			
Dividendos a receber - Complexo Tucano	9	1.635	1.151
Dividendos a receber - AES Operações	9	8.788	8.788
Complexo Cajuína I	9	—	90
Subtotal		10.423	10.029
Total do ativo circulante		10.423	10.029
Total do ativo		10.423	10.029
Passivo			
Fornecedores			
Materiais e Serviços - AES Brasil Operações	13	374	—
Subtotal		374	—
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			
AES Holdings Brasil		—	13.042
AES Holdings Brasil II		—	8.210
Subtotal		—	21.252
Total do passivo		374	21.252

Notas Explicativas



	Notas	Consolidado	
		30/06/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo circulante			
Contas a receber			
Complexo Tucano		455	2.234
Capitalização de mão de obra própria - Complexo Tucano		1.496	84
Subtotal	4	1.951	2.318
Outros ativos			
Contas a receber - Complexo Tucano (i)	9	—	19
Dividendos a receber - Complexo Tucano	9	13.720	9.523
Tietê Integra	9	2	—
Subtotal		13.722	9.542
Total do ativo circulante		15.673	11.860
Ativo não circulante			
Outros ativos			
Contas a receber - Complexo Tucano (i)	9	5.068	5.581
Total do ativo não circulante		5.068	5.581
Total do ativo		20.741	17.441
Passivo			
Fornecedores			
Materiais e Serviços - Pagamento de despesas para a AES Corp. (ii)	13	2.354	3.200
Materiais e Serviços - GreenAnt	13	6	—
Subtotal		2.360	3.200
Outras obrigações			
Centralização de Estoque - Complexo Tucano	21	279	18
Subtotal		279	18
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			
AES Holdings Brasil		—	13.042
AES Holdings Brasil II		—	8.210
Subtotal		—	21.252
Obrigações com entidade de previdência privada			
Obrigações com benefícios pós-emprego (iii)	17	93.250	93.749
Subtotal		93.250	93.749
Total do passivo		95.889	118.219

Notas Explicativas



Notas	Consolidado			
	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
Resultado				
Receita operacional líquida				
Gestão administrativa e operacional - Complexo Tucano	833	1.666	—	—
Venda de energia - Complexo Tucano	7	2.228	2.640	2.640
Total da receita operacional líquida	840	3.894	2.640	2.640
Energia elétrica comprada para revenda				
Complexo Tucano - Outros custos (iv)	—	—	(2.910)	(2.910)
Custo de produção e operação de energia				
Big Sky (ii)	(3.207)	(6.247)	1.953	(1.236)
GreenAnt	(23)	(23)	—	—
Total de custo de produção e operação de energia	(3.230)	(6.270)	1.953	(1.236)
Gerais e administrativas				
Big Sky (ii)	(4.619)	(8.998)	(9.370)	(13.963)
Total de gerais e administrativas	(4.619)	(8.998)	(9.370)	(13.963)
Resultado financeiro				
VIVEST - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (iii)	(2.092)	(4.184)	(2.510)	(5.020)
Variação cambial Big Sky (ii)	(383)	(480)	56	270
Total do resultado financeiro	(2.475)	(4.664)	(2.454)	(4.750)
Total do resultado	(9.484)	(16.038)	(10.141)	(20.219)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

- (i) Em 03 de setembro de 2020, a controlada direta AES Operações celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Tucano Holding III e subsidiárias, *joint venture* do grupo, onde a controlada direta AES Operações será responsável pela prestação desse serviço durante um prazo 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.
- (ii) Prestação de serviços e soluções, realizados pela AES Big Sky LLC, subsidiária da AES Corp, relacionados à implementação da estratégia digital (*Digital Transformation*) da controlada direta AES Operações. O contrato possui vigência até dezembro de 2025.
- (iii) A controlada direta AES Operações é parte integrante do Conselho Deliberativo da VIVEST, possuindo influência significativa na Administração do mesmo. Os detalhes do plano previdenciário estão demonstrados na nota explicativa nº 17.
- (iv) Refere-se a compra de energia celebrada entre a Controlada direta AES Operações e o Complexo Tucano para fins de suprimento de contratos de varejo. Essas vendas foram efetuadas a um preço médio de R\$ 101,04 e montante envolvido de 30.557 MWh.

29.1 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta Administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023 é apresentada a seguir:

Notas Explicativas



Controladora				
	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
Benefícios de curto prazo	3.012	5.914	3.302	6.426
Benefícios pós-emprego	84	168	111	218
Outros benefícios de longo prazo	215	300	140	362
Remuneração baseada em ações (i)	135	200	30	271
Total	3.446	6.582	3.583	7.277

Consolidado				
	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
Benefícios de curto prazo	3.119	6.128	3.412	6.643
Benefícios pós-emprego	84	168	111	218
Outros benefícios de longo prazo	215	300	140	362
Remuneração baseada em ações (i)	135	200	30	271
Total	3.553	6.796	3.693	7.494

(i) Compostos por ações e opções de ações da AES Corp. outorgadas à alta Administração.

29.2 Acordo de indenização decorrente de transações e eventos societários

Em 31 de dezembro de 2015, a antiga Companhia Brasileira incorporou a AES Tietê S.A e, posteriormente, foi objeto de cisão parcial. O acervo líquido contábil da Companhia Brasileira foi vertido para a Brasileira Participações e o da AES Tietê S.A para a AES Tietê Energia S.A, a qual manteve o mesmo CNPJ da Companhia Brasileira (atual AES Brasil Operações).

O protocolo de cisão da antiga Companhia Brasileira estabelecia, dentre outras disposições, a responsabilidade da Brasileira Participações perante a AES Tietê Energia S. A (atual AES Brasil Operações) por reflexos ativos e passivos, materializados ou não, presentes e futuros, relativos ao acervo cindido transferido, inclusive aqueles decorrentes dos processos judiciais e administrativos.

Para este fim, conforme aprovado pelos seus então acionistas controladores AES Holdings Brasil Ltda. e BNDES Participações S.A – BNDESPar, foi assinado um acordo de indenização que estabeleceu os termos, condições e mecanismos de indenização pela Brasileira Participações em favor da antiga AES Tietê Energia (atual AES Brasil Operações) por eventuais perdas incorridas por esta última, relacionadas aos processos judiciais e administrativos existentes e futuros relacionados à parcela cindida.

O acordo de indenização, que resguarda o direito da AES Brasil Operações ser indenizada em virtude dos passivos atrelados à Brasileira Participações, contempla os processos tributários com probabilidade de perda classificada como possível divulgados na nota explicativa 18.2, uma vez que na qualidade de sucessora legal da antiga Companhia Brasileira, a AES Brasil Operações deve permanecer solidariamente responsável pelos passivos tributários.

30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

30.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas Explicativas



		Consolidado					
		30/06/2024		31/12/2023			
Notas	Mensuração do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria	
ATIVO (Circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa (Numerário disponível)	3		17.276	17.276	50.123	50.123	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (Operação compromissada)	3	Nível 2	153.390	153.390	231.560	231.560	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	3	Nível 2	2.003.553	2.003.553	1.733.262	1.733.262	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	4		368.550	368.550	375.660	375.660	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	8		6.157	6.157	17.572	17.572	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (i)		Nível 2	69.286	69.286	—	—	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Instrumentos financeiros derivativos (ii)		Nível 2	549.908	549.908	66.468	66.468	Valor justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados	7		588.868	588.868	614.700	614.700	Custo amortizado
Total			3.756.988	3.756.988	3.089.345	3.089.345	
PASSIVO (Circulante e não circulante)							
Fornecedores	13		387.487	387.487	375.775	375.775	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15		9.939.649	9.693.587	9.485.385	9.394.136	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos (moeda estrangeira)	15		2.251.361	2.190.212	1.972.742	1.869.279	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	8		872.126	872.126	776.547	776.547	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	16		231.416	231.416	220.110	220.110	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos		Nível 2	145.551	145.551	346.427	346.427	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Instrumentos financeiros derivativos (ii)		Nível 2	531.527	531.527	54.754	54.754	Valor justo por meio do resultado
Obrigações de aquisições	20		96.599	96.599	131.990	131.990	Custo amortizado
Opção de recompra de participação acionária	21		16.431	16.431	15.320	15.320	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			1.202	1.202	45.976	45.976	Custo amortizado
Total			14.473.349	14.166.138	13.425.026	13.230.314	

(i) A variação é devido a valorização do dólar no período, resultando em uma posição ativa em algumas operações de swap de câmbio contratadas pela Companhia e suas controladas.

(ii) O aumento é devido, principalmente, ao maior volume de operações de compra e venda de energia em função da volatilidade e aumento da base de preços associada a fatores climáticos.

Durante o período findo em 30 de junho de 2024, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco nível 3.

Instrumentos derivativos

■ Hedge de Fluxo de Caixa

A Companhia e suas controladas contrataram operações de derivativos de swap de câmbio e NDFs (*non-deliverable forward*) com o objetivo de se proteger da exposição à moeda estrangeira.

Os itens protegidos e os instrumentos de *hedge* possuem uma relação econômica, uma vez que os termos e condições críticos do item coberto, como montantes do nocional, vencimentos, moedas e taxas de juros, são os mesmos do instrumento de cobertura.

A parcela altamente eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. A parcela não efetiva é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variações cambiais da operação.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados no período em que o item protegido afetar o resultado: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros, que protegem os empréstimos com taxa variáveis, são reconhecidas na demonstração dos resultados como despesas financeira ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Notas Explicativas



Para testar a efetividade do *hedge*, a Companhia usa o método da análise de regressão e correlação, comparando as mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* com as mudanças no valor justo dos itens atribuíveis aos riscos protegidos. O cálculo da efetividade do *hedge* não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito. Em 30 de junho de 2024, a Companhia e suas Controladas concluíram pela efetividade das suas operações de *hedge* firmados em todos os seus contratos.

Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo o ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Todos os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem à: (i) operações por meio de *cross currency swaps* para proteger a totalidade da exposição cambial dos empréstimos captados no exterior, que resultam de posições passivas vinculadas a variação do CDI e (ii) operações por meio de NDF para proteção ao risco cambial referente à exposição gerada por PPA firmado em moeda estrangeira. Ambos itens se qualificam como *hedge accounting* e estão classificados como *hedge* de fluxo de caixa, sendo que são contabilizados como ativos financeiros quando o valor for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Saldos de instrumentos derivativos em aberto em 30 de junho de 2024:

Data do Contrato	Tipo	Indexador Ativo	Indexador Passivo	Instrumento Proteção	Ativo	Passivo	Valor Nominal (US\$/mil)	Efeito do MTM no Patrimônio Líquido
29/12/2020	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	CDI	SWAP (i)	15.680	—	116.122	(11.619)
31/03/2021	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	CDI	SWAP (i)	—	86.617	138.169	(13.872)
25/11/2022	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	CDI	SWAP (ii)	13.788	864	38.685	(1.567)
17/01/2023	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	CDI	SWAP (iii)	28.301	9.081	75.000	(699)
17/01/2023	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	CDI	SWAP (iii)	11.517	4.555	36.315	(602)
Março a junho - 2024	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	Dólar	NDF (iv)	—	44.434	79.969	43.264
Total					69.286	145.551		14.905

(i) A controlada direta AES Operações contratou operações de derivativo de *swap* de câmbio, no valor *nominal* de US\$ 116.122 mil e US\$ 138.169 mil, em 29 de dezembro de 2020 e em 31 de março de 2021, respectivamente, com valores de referência de R\$ 600.000 e R\$ 800.000, com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido à emissão dos empréstimos em moeda estrangeira, captadas nesta mesma data. O primeiro instrumento derivativo trocou a totalidade do risco de juros fixo de 1.63% + variação cambial por CDI + 1,50% a.a., com 50% do vencimento em dezembro de 2024 e 50% em dezembro de 2025. O segundo instrumento trocou o risco de juros fixo de 1.78% + variação cambial por CDI + 1.48% a.a., com 75% do vencimento em março de 2025 e 25% em março de 2026.

(ii) A Companhia contratou operação de derivativo de *swap* de câmbio, no valor *nominal* de US\$ 38.685 mil em 25 de novembro de 2022, com valores de referência de R\$ 200.000, com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido à emissão do empréstimo em moeda estrangeira, captadas nesta data, para pagamento da aquisição dos Complexos Cassino, Caetés e Ventos do Araripe. O instrumento trocou a totalidade do risco de juros fixo de 5.31% + variação cambial por CDI + 1.60% a.a., com vencimento em parcela única em novembro de 2024.

(iii) A Companhia contratou operação de derivativo de *swap* de câmbio, no valor *nominal* de US\$ 36.315 mil e US\$ 75.000 mil em 17 de janeiro de 2023, com valores de referência de R\$ 187.750 e R\$ 383.363, respectivamente, com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido à emissão do empréstimo em moeda estrangeira, captadas nesta data, para reforço de caixa e liquidez. O instrumento trocou a totalidade do risco de juros fixo de 5.29% + variação cambial por CDI + 1.65% a.a. e CDI + 1.60% a.a., respectivamente, ambas com vencimento em parcela única em 17 de janeiro de 2025.

(iv) A controlada direta AES Operações contratou NDFs (*non-deliverable forward*) com o objetivo de proteger a totalidade dos recebimentos futuros decorrentes da receita gerada por PPA firmado em

Notas Explicativas



moeda estrangeira. Os NDFs foram contratados entre março e junho de 2024 e o valor *nocional* é de US\$ 79.969 mil, os quais têm seus vencimentos entre agosto de 2024 e junho de 2029. Em 30 de junho de 2024, o valor justo dos referidos NDFs totalizavam uma posição passiva, líquida de R\$ 44.434. A contrapartida está reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”.

■ Hedge de Valor Justo

A AES Comercializadora possui contratos futuros de energia com vencimento até o exercício de 2028. O resultado real dos instrumentos financeiros de contratos futuros pode variar, uma vez que as marcações a mercado desses contratos foram realizadas considerando as respectivas datas-bases e seus valores em determinado momento. As transações seguem políticas de risco aprovadas, que buscam controlar as exposições de crédito com contrapartes assim como volume em MWh transacionado.

Em 30 de junho de 2024, o valor *nocional* líquido entre contratos de compra e de venda era de R\$ 45.560, posição a valor justo ativa de R\$ 549.908, e posição passiva de R\$ 531.527, sendo o ganho de marcação a mercado reconhecido no resultado no montante de R\$ 6.668 (nota 24).

30.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de crédito, risco de gerenciamento de capital, risco de liquidez e risco de mercado, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a.1) Risco de crédito

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 30 de junho de 2024 é a seguinte:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.156	95	170.666	281.683
Investimentos de curto prazo	3	121.511	342.813	2.003.553	1.733.262
Contas a receber de clientes	4	—	—	368.550	375.660
Cauções e depósitos vinculados	7	803	752	588.868	614.700
Instrumentos financeiros derivativos		53.606	—	619.194	66.468
Total da exposição		179.076	343.660	3.750.831	3.071.773

(a.2) Risco de gerenciamento de capital

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Notas	Consolidado	
		30/06/2024	31/12/2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	12.191.010	11.458.127
Garantias de financiamento	7	(577.123)	(574.305)
Caixa e equivalentes de caixa	3	(170.666)	(281.683)
Investimentos de curto prazo	3	(2.003.553)	(1.733.262)
Dívida líquida		9.439.668	8.868.877
Patrimônio líquido		5.310.278	5.579.423
Índice de alavancagem financeira		177,76%	158,96%

Do endividamento financeiro total consolidado em 30 de junho de 2024, 26,19% (20,15% em 31 de dezembro de 2023) é de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 5,32 anos (4,01 anos em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas



Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados também para atendimento aos *covenants*.

(a.3) Risco de liquidez

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica "Debêntures", "Empréstimos e Financiamento" e "Passivo de arrendamento" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados nas notas explicativas nº 15 e 16. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total em 30 de junho de 2024	Total em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	387.487	—	—	—	—	387.487	375.775
Debêntures	148.913	1.337.919	3.344.285	3.605.551	9.625.385	18.062.053	11.411.917
Empréstimos e Financiamentos	174.179	2.357.413	1.162.300	881.965	790.067	5.365.924	6.052.497
Passivo de arrendamento	1.607	5.599	4.561	16.755	212.505	241.027	227.845
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	—	1.202	—	—	—	1.202	45.976
Obrigações de aquisições	96.599	—	—	—	—	96.599	131.990
Total	808.785	3.702.133	4.511.146	4.504.271	10.627.957	24.154.292	18.246.000

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 30 de junho de 2024.

Devido as projeções de juros, os montantes de 2024 foram recalculados e apresentados de forma atualizada.

(a.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do CDI, IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 30 de junho de 2024, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 30 de junho de 2024 é:

	Notas	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (Operação compromissada)	3	153.390	231.560
Investimentos de curto prazo	3	2.003.553	1.733.262
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	(12.323.363)	(11.523.605)
Total da exposição líquida		(10.166.420)	(9.558.783)

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, IPCA e TJLP e não contemplam os saldos de custos de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo da exposição, visto que não há risco de oscilação devido a mudanças nas taxas de juro de mercado.

Notas Explicativas



Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 30 de junho de 2024, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2024, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, ressarcimento e dívidas.

Notas Explicativas



			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 30/06/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,23%	7,84%	10,45%	13,06%	15,68%
Equivalentes de caixa (i)	CDI	153.390	8.022	12.026	16.029	20.033	24.052
Investimentos de curto prazo	CDI	2.003.553	104.786	157.079	209.371	261.664	314.157
Impacto no resultado			112.808	169.105	225.400	281.697	338.209
			Projeção Resultado Financeiro - 01 ano				
Ressarcimento	Risco	Posição em 30/06/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,80%	2,70%	3,60%	4,50%	5,40%
Ressarcimento - ativo	IPCA	6.157	111	166	222	277	332
Ressarcimento - passivo	IPCA	(872.126)	(15.698)	(23.547)	(31.397)	(39.246)	(47.095)
Impacto no resultado			(15.587)	(23.381)	(31.175)	(38.969)	(46.763)
			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas	Risco	Posição em 30/06/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,23%	7,84%	10,45%	13,06%	15,68%
9ª Emissão (1ª Série) - AES Operações	CDI	(1.424.184)	(89.472)	(127.014)	(164.557)	(202.100)	(239.787)
Scotiabank 4131 - AES Operações (ii)	CDI	(1.407.892)	(95.856)	(133.153)	(170.450)	(207.747)	(245.187)
Scotiabank 4131 - AES Brasil 1ª série (ii)	CDI	(214.629)	(14.839)	(20.530)	(26.222)	(31.913)	(37.626)
Scotiabank 4131 - AES Brasil 2ª série (ii)	CDI	(424.134)	(29.323)	(40.570)	(51.817)	(63.064)	(74.354)
Scotiabank 4131 - AES Brasil 3ª série (ii)	CDI	(205.367)	(14.306)	(19.755)	(25.204)	(30.652)	(36.121)
Debêntures - 1ª Emissão (Companhia)	CDI	(339.470)	(25.970)	(35.034)	(44.098)	(53.162)	(62.261)
BNDES - Complexo Eólico Cajuína	CDI	(305.813)	(21.465)	(29.582)	(37.700)	(45.817)	(53.965)
1ª Emissão - Veleiros	CDI	(294.824)	(20.073)	(27.883)	(35.694)	(43.504)	(51.344)
10ª Emissão - AES Operações	CDI	(754.076)	(51.341)	(71.317)	(91.294)	(111.271)	(131.324)
Impacto no resultado			(362.645)	(504.838)	(647.036)	(789.230)	(931.969)
IPCA			1,80%	2,70%	3,60%	4,50%	5,40%
1ª Emissão - Cajuína AB1	IPCA	(1.083.644)	(97.498)	(107.941)	(118.383)	(128.825)	(139.268)
9ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	IPCA	(869.716)	(57.356)	(65.552)	(73.748)	(81.944)	(90.140)
BNB - Complexo Eólico Tucano (Anglo)	IPCA	(386.910)	(15.866)	(19.427)	(22.988)	(26.549)	(30.109)
1ª Emissão - Tucano Holding II	IPCA	(411.275)	(32.775)	(36.701)	(40.626)	(44.552)	(48.478)
9ª Emissão (3ª Série) - AES Operações	IPCA	(242.713)	(16.006)	(18.294)	(20.581)	(22.868)	(25.156)
8ª Emissão - AES Operações	IPCA	(193.432)	(15.336)	(17.182)	(19.027)	(20.873)	(22.719)
Complexo Eólico Araripe	IPCA	(91.613)	(10.266)	(11.167)	(12.068)	(12.969)	(13.869)
Complexo Eólico Caetés	IPCA	(91.813)	(9.934)	(10.833)	(11.733)	(12.632)	(13.532)
Outros	IPCA	(38.246)	(688)	(1.033)	(1.377)	(1.721)	(2.065)
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(22.473)	(2.205)	(2.423)	(2.641)	(2.859)	(3.078)
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(13.201)	(1.260)	(1.388)	(1.516)	(1.644)	(1.772)
2ª Emissão - Veleiros (1ª série)	IPCA	(85.813)	(7.948)	(8.777)	(9.606)	(10.435)	(11.264)
2ª Emissão - Veleiros (2ª série)	IPCA	(85.633)	(7.583)	(8.407)	(9.231)	(10.055)	(10.879)
1ª Emissão - Potengi Holdings	IPCA	(315.422)	(29.343)	(32.391)	(35.439)	(38.487)	(41.535)
11ª Emissão - AES Operações	IPCA	(613.497)	(51.576)	(57.455)	(63.335)	(69.215)	(75.095)
1ª Emissão Potengi (2ª Série)	IPCA	(214.075)	(19.196)	(21.258)	(23.320)	(25.382)	(27.445)
1ª Emissão - (1ª série) - Santa Tereza 07	IPCA	(615.556)	(54.506)	(60.430)	(66.354)	(72.278)	(78.202)
1ª Emissão - (2ª série) - Santa Tereza 07	IPCA	(307.877)	(27.732)	(30.699)	(33.666)	(36.633)	(39.600)
Impacto no resultado			(457.074)	(511.358)	(565.639)	(619.921)	(674.206)
TJLP			3,12%	4,68%	6,23%	7,79%	9,35%
BNDES - Complexo Eólico Caetés	TJLP	(429.729)	(23.157)	(30.008)	(36.834)	(43.666)	(50.518)
BNDES - Complexo Eólico Araripe	TJLP	(446.254)	(24.047)	(31.162)	(38.251)	(45.346)	(52.460)
BNDES - AES Operações	TJLP	(145.186)	(8.437)	(10.761)	(13.077)	(15.395)	(17.719)
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	TJLP	(132.473)	(6.783)	(8.890)	(10.989)	(13.090)	(15.196)
BNDES - Complexo Eólico Cassino	TJLP	(116.423)	(6.250)	(8.105)	(9.954)	(11.805)	(13.661)
Impacto no resultado			(68.674)	(88.926)	(109.105)	(129.302)	(149.554)
Total da exposição líquida		(12.323.363)	(791.172)	(959.398)	(1.127.555)	(1.295.725)	(1.464.283)

(i) O caixa não está sendo considerado na análise de sensibilidade, visto que não há exposição a riscos de mercado.

Notas Explicativas



(ii) Os empréstimos captados no exterior por meio de swaps de câmbio trocaram a totalidade do risco de juros e variação cambial por CDI.

A dívida dos complexos Salinas e Mandacarú junto ao BNB ("Banco do Nordeste") possui taxa prefixada, dessa forma, sem exposição ao risco de mercado.

Os montantes relacionados às Dívidas apresentados na tabela acima não contemplam os saldos de custos de transação.

Risco de moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas, com propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio incidentes dos empréstimos em moeda estrangeira, contrataram instrumentos financeiros derivativos de swap de câmbio. Para o período de 2024, a Companhia e suas controladas não identificaram risco de moeda estrangeira.

A controlada direta AES Operações, com propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio incidentes em recebimentos futuros, contratou instrumentos financeiros derivativos *Non-Deliverable Forward* (NDF).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros com o uso de cenários e projeções estão apresentados abaixo:

Instrumentos	Risco	Posição em 30/06/2024	Projeção Patrimônio Líquido - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Scotiabank 4131 - AES Operações SWAP	Dólar	(70.937)	(782.290)	(451.327)	(225.338)	210.599	541.562
Scotiabank 4131 - AES Brasil 1° série SWAP	Dólar	12.924	(106.927)	(54.375)	(17.180)	50.729	103.281
Scotiabank 4131 - AES Brasil 2° série SWAP	Dólar	19.220	(193.510)	(89.746)	(17.448)	117.783	221.547
Scotiabank 4131 - AES Brasil 3° série SWAP	Dólar	6.962	(96.015)	(45.772)	(10.765)	54.715	104.958
Derivativos - Non-Deliverable Forward (NDF)	Dólar	(44.434)	211.650	113.070	14.489	(84.091)	(182.671)
Impacto no Patrimônio Líquido		(76.265)	(967.092)	(528.150)	(256.242)	349.735	788.677

Risco sobre operações de venda e compra de contratos futuros de energia

O principal fator de risco é a exposição da variação dos preços de mercado de energia. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo.

As análises de sensibilidade foram preparadas considerando variações de 25% e 50% nos preços futuros, aplicados sobre a curva futura de preços de mercado em 30 de junho de 2024, para cada uma das datas de vencimento das obrigações contratuais. A Companhia entende que o cenário provável está refletido nos montantes contabilizados, uma vez que esses contratos estão marcados a mercado com base em cotações disponíveis. Os resultados obtidos estão demonstrados a seguir:

Preços futuros	Variação do preço	Risco	Posição em 30/06/2024	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Resultado não realizado em operações de venda e compra de energia	Elevação	Preço	18.381	12.282	6.183
	Queda	Preço	18.381	24.480	30.579

Notas Explicativas

**31 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA**

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Compensações de PIS e COFINS	280	—	18.546	368
Compensações de ICMS	—	—	119.757	139.921
Total	280	—	138.303	140.289

A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adição de ativo imobilizado e intangível). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais	(119.942)	(71.525)	(484.929)	(49.615)
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	—	—	(90.159)	(256.503)
Total de pagamento de juros	(119.942)	(71.525)	(575.088)	(306.118)

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia da atividade de investimento foram as seguintes:

	Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	39.194	21.966
Total	39.194	21.966

A conciliação entre o passivo decorrente da atividade de financiamento e o fluxo de caixa é conforme a seguir:

Notas	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.846.659	45.057	1.891.716	11.458.127	45.976	11.504.103
- Itens que afetam o fluxo de caixa						
Ingressos	15	—	—	2.010.000	—	2.010.000
Pagamentos de principal	15	(730.889)	(730.889)	(1.505.660)	—	(1.505.660)
Diferimento custos de transação	15	—	—	(76.209)	—	(76.209)
Pagamento de encargos financeiros (i)	15	(119.942)	(119.942)	(484.929)	—	(484.929)
Juros capitalizados	28	—	—	(90.159)	—	(90.159)
Pagamento de dividendos	—	(44.884)	(44.884)	—	(92.029)	(92.029)
- Itens que não afetam o fluxo de caixa						
Encargos de dívida	15	81.516	81.516	472.502	—	472.502
Variação monetária	15	—	—	129.689	—	129.689
Variação cambial	15	103.826	103.826	277.649	—	277.649
Destinação de dividendos	—	—	—	—	47.255	47.255
Saldos em 30 de junho de 2024	1.181.170	173	1.181.343	12.191.010	1.202	12.192.212

(i) Os encargos financeiros pagos são classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais.

Notas Explicativas**32 EVENTOS SUBSEQUENTES**

A Companhia aprovou em 24 de julho de 2024 a proposta da administração para a realização de aumento de capital social e a convocação de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 15 de agosto de 2024, para deliberar sobre o aumento de capital social da Companhia, por meio da emissão de 2.122.371 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, para subscrição privada, ao preço de R\$11,55 por ação, totalizando o valor de R\$24.513, com destinação integral à conta de capital social da Companhia, a serem integralizados mediante o aporte pela controladora direta AES Holdings Brasil Ltda. de 17.108.039 ações ordinárias de emissão da controlada direta AES Brasil Operações S.A.

A Companhia esclarece que fica assegurado aos seus atuais acionistas o direito de preferência para subscrição de ações no âmbito do aumento de capital, tendo o preço de emissão sido fixado, sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
AES Brasil Energia S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Responsabilidade da diretoria sobre as informações contábeis intermediárias

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 1º de agosto de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.663.076/0001-07, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S LTDA, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 30 de junho de 2024.

São Paulo, 01 de agosto de 2024.

Diretores:

Rogério Pereira Jorge
Diretor-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente

Jose Ricardo Elbel Simao
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.663.076/0001-07, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S LTDA, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 30 de junho de 2024.

São Paulo, 01 de agosto de 2024.

Diretores:

Rogério Pereira Jorge
Diretor-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente

Jose Ricardo Elbel Simao
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores